



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

RESOLUÇÃO CEPE - Nº 2023.28

Aprova adequação curricular do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da UEPG.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, na reunião do dia 07 de março de 2023, *considerando*

a Resolução CEPE nº 059, de 27 de novembro de 2012; e,

considerando mais, os termos do expediente protocolado sob nº 22.000070474-9, de 31.10.2022, que foi analisado pelas Câmaras de Graduação e de Extensão, através do Parecer deste Conselho sob nº 2023.34, *aprovou* e eu, Vice-Reitor, sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica aprovada a adequação curricular do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, pertinente ao Currículo 2, na forma do *Anexo* que passa a integrar este ato legal.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.



Documento assinado eletronicamente por **Ivo Mottin Demiate, Vice-reitor**, em 16/03/2023, às 16:20, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **1351131** e o código CRC **1D60420E**.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 Atos Legais

A UEPG foi criada pelo Governo do Estado do Paraná, através da Lei nº 6.034, de 06 de novembro de 1969, e Decreto nº 18.111, de 28 de janeiro de 1970. Foi reconhecida pelo Governo Federal através do Decreto nº 73.269, de 07/12/73 que, simultaneamente, aprovou seu Estatuto, o Regimento Geral e o Plano de Reestruturação.

1.2 Endereço

- Página: <http://uepg.br>
- Fone: (42) 3220-3000
- Campus Uvaranas - Av. General Carlos Cavalcanti, 4748, CEP 84030-900 - Ponta Grossa – Paraná.
- Campus Central - Praça Santos Andrade, 1 – CEP 84010-790 - Ponta Grossa – Paraná

1.3 Perfil e Missão da IES

A finalidade que justifica a existência da UEPG enquanto Instituição de Ensino Superior do complexo educacional do estado do Paraná e que baliza seus objetivos estratégicos, táticos e operacionais consiste, de modo geral, em proporcionar à sociedade meios para dominar, ampliar, cultivar, aplicar e difundir o patrimônio universal do saber humano, capacitando todos os seus integrantes a atuar como força transformadora. Tal finalidade se sintetiza na ideia de ação unitária entre o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa e a extensão. Deste modo, a Universidade está comprometida com a educação integral do estudante, preparando-o para:

- Exercer profissões de nível superior;
- Praticar e desenvolver ciência;
- Valorizar as múltiplas formas de conhecimento e expressão, técnicas e científicas, artísticas e culturais;
- Exercer a cidadania;
- Refletir criticamente sobre a sociedade em que vive;
- Participar do esforço de superação das desigualdades sociais e regionais;
- Assumir o compromisso com a construção de uma sociedade socialmente justa, ambientalmente responsável, respeitadora da diversidade e livre de todas as formas de opressão ou discriminação de classe, gênero, etnia ou nacionalidade;
- Lutar pela universalização da cidadania e pela consolidação da democracia;
- Contribuir para a solidariedade nacional e internacional.

A UEPG tem por finalidade produzir e difundir conhecimentos múltiplos, no âmbito da Graduação, da Extensão e da Pós-Graduação visando à formação de indivíduos éticos, críticos e criativos, para a melhoria da qualidade da vida humana.

1.4 Dados Socioeconômicos da Região

A UEPG vem desempenhando, desde a década de 1960, o papel de polo irradiador de conhecimento e de cultura da região centro-sul do Paraná desenvolvendo o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa e a extensão.



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 2 DE 60

Com sede em Ponta Grossa, município paranaense distante 117,70 km da capital Curitiba, com uma população estimada em 2017, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE, 2018a), de aproximadamente 344 mil habitantes, índice de desenvolvimento humano municipal – IDHM de 0,763, e densidade demográfica igual a 150,72 hab/km², a UEPG busca atender as demandas da cidade e região.

Em termos de mapeamento das unidades territoriais, Ponta Grossa pertencente da Mesorregião do Centro Oriental Paranaense, composta pelas cidades de Arapoti, Carambeí, Castro, Imbaú, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Reserva, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania.

Em termos fitogeográficos, Ponta Grossa pertence aos Campos Gerais, abrangendo os campos limpos e os campos cerrados naturais situados na margem do Segundo Planalto Paranaense (MAACK, 1948), (MELO, MORO e GUIMARÃES, 2010). Destacam-se no relevo regional a Escarpa Devoniana, o Canyon do Guartelá e outros sítios como arroios em leito rochoso, cachoeiras, matas-ciliares, furnas, gargantas e despenhadeiros (MELO, MORO e GUIMARÃES, 2010); com evidência para o Parque Estadual de Vila Velha, em Ponta Grossa.

Conhecida também como "Princesa dos Campos Gerais", Ponta Grossa é a 4ª (quarta) mais populosa cidade do Paraná e 76ª (septuagésima sexta) do Brasil (IBGE, 2018b).

Embora a sede da UEPG seja em Ponta Grossa, a área de influência da UEPG se estende por vários municípios paranaenses. Grande parte das comunidades pertence às microrregiões dos Campos Gerais e dos Campos de Jaguariaíva, vasta superfície de estepes por onde adentrou no Paraná a civilização Tropeira, através do caminho das tropas, que ligava Viamão (RS) a Sorocaba (SP).

A internada de bois e tropas de muars marcaram fortemente a economia desse espaço geográfico desde os séculos XVII e XIX até a chegada das ferrovias, na virada do século. A partir daí a excepcional posição geográfica de suas cidades permitiu o desenvolvimento de atividades industriais, alimentadas pelo sistema de transportes, possibilitando que Ponta Grossa, Jaguariaíva, Irati e União da Vitória se transformassem em polos industriais de certa monta, o que ainda hoje se reflete na vitalidade do setor secundário nestes municípios.

É reconhecida a importância do polo agroindustrial de Ponta Grossa (esmagamento de soja, moinhos de trigo, fábricas de cerveja, de massas alimentícias, além de um forte segmento metal-mecânico). Quanto aos municípios de Telêmaco Borba, Jaguariaíva e Arapoti, estes se destacam por concentrar, a partir dos anos 1940, significativo percentual das indústrias brasileiras de papel, celulose e madeira. Portanto, a transformação industrial da região dos Campos Gerais está diretamente vinculada às empresas de processamento direto de produtos oriundos da agricultura, pecuária e floresta.

Para que esse setor primário pudesse garantir, de forma planejada e sustentável, o fornecimento de matéria prima ao setor secundário (indústrias da região), foi fundamental a implantação e expansão de instituições públicas e privadas de pesquisas agropecuária e florestal. Nesse contexto, destacam-se, além da UEPG, o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa e a Fundação ABC.

Nesse panorama, destaca-se também o sistema de plantio direto, que foi iniciado na região há cerca de 40 anos, e difundido por todo o Brasil e em diversos países da América Latina. Esse sistema tem causado uma das maiores revoluções na agricultura brasileira por ser considerada uma das estratégias mais eficazes para aumentar a sustentabilidade da agricultura em regiões tropicais e subtropicais, e frequentemente utiliza e difunde tecnologias de ponta na agricultura.

Já a Mesorregião Sul se caracteriza pela agricultura colonial, inaugurada pela imigração polonesa e ucraniana, sendo predominantemente agricultores familiares (pequenos produtores).



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 3 DE 60

Tradicional fornecedora de erva-mate aos mercados mundiais desde meados do século XIX até a década de 1930, a mesorregião voltou-se, após a Depressão, à exploração das matas de Araucária. A maneira predatória com que foi exercida essa atividade acarretou estagnação econômica a partir dos anos 1960, restando hoje uma indústria madeireira, em União da Vitória e adjacências, voltada a produtos de maior valor agregado, como esquadrias e móveis de madeira. Também na mesorregião sul, atividades papeleras são desenvolvidas, porém de menor porte em relação às da região campestre; e um importante polo cerâmico vem se desenvolvendo nas últimas décadas no triângulo Imbituva-Guamiranga-Prudentópolis. Como pode ser notado, as atividades agropecuária e florestal dessa mesorregião não ocorreram de forma organizada e empresarial capaz de superar crises inerentes ao setor, resultando em diferenças sociais marcantes, sobretudo, para os atores da agricultura familiar, implicando em constante evasão da zona rural e elevadas diferenças sociais.

Entretanto, o agronegócio tornou-se a principal fonte de riqueza tanto para a região dos Campos Gerais quanto para o estado do Paraná. Em 2015, considerando a divisão política da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, segundo o Departamento de Economia Rural – DERAL, no Núcleo Regional de Ponta Grossa foram produzidos cerca de 190 produtos agropecuários, que representaram um Valor Bruto da Produção Rural de mais de 7 bilhões de reais (SEAB/DERAL, 2015a; SEAB/DERAL, 2015b). Desse modo, o desenvolvimento de tecnologias mais sustentáveis e que proporcionem incremento no rendimento de grãos, frutas e olerícolas é de fundamental importância.

Essa vocação deixa clara a importância da UEPG como formadora de profissionais qualificados nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Agronomia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Bioenergia, Zootecnia e Computação Aplicada, os quais têm como focos principais: (i) desenvolvimento científico e tecnológico da agricultura, por meio da realização de estudos voltados para a produção de grãos, fibras, frutas, olerícolas, forragens, leite, carne e energia, com o auxílio da tecnologia de informação, visando maior precisão, rastreabilidade e sustentabilidade da atividade agropecuária; (ii) transformação das matérias primas em produtos com maior valor agregado, tecnologia e promoção da agroindústria. Como consequência, novos conhecimentos e produtos têm sido gerados e repassados para a comunidade científica e aos produtores rurais, contribuindo com métodos e técnicas inovadoras de manejo de solo, água, plantas, animais, insumos agropecuários e processamento de alimentos, em consonância com o ambiente, com intuito de maior sustentabilidade ao agronegócio.

Nas Mesorregiões Centro-Oriental, Oeste e Sudoeste do Paraná destacam-se a atividade da pecuária leiteira e da indústria de laticínios (Carambeí, Castro, Palmeira e Irati), calcada em cooperativas de produtores e desenvolvida em moldes tecnicamente avançados. De fato, fortes laços culturais ligam o centro e o sul paranaenses, desde primórdios do século XX, quando a ferrovia inaugurou Ponta Grossa como capital regional, transformando-a em fornecedora de bens e serviços para o interior paranaense.

O processo de industrialização aconteceu na cidade no período entre 1975 e 2005 impulsionado pela boa infraestrutura de transporte, mão-de-obra qualificada e barata, com a presença marcante da UEPG.

Ponta Grossa tem indústrias nos seguintes ramos: extração de talco, pecuária, agroindústria, madeireiras, metalúrgicas, alimentícias e têxteis. Algumas das plantas industriais instaladas em Ponta Grossa são: Monofil, LP Masisa, Braslar Eletrodomésticos, Makita, Cervejarias Heineken, Continental, Tetra Pak, Beaulieu do Brasil, Cargill, Bunge, Louis Dreyfus Commodities, Nidera, Brasil Foods, CrownCork Embalagens, entre outras, principalmente do ramo moageiro alimentício. Na região do Distrito Industrial também está instalado o armazém graneleiro da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, o maior complexo armazenador de grãos do Brasil.



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 4 DE 60

Em 2005, o Sistema Federação das Indústrias do Paraná lançou o Projeto Setores Portadores de Futuro para o Estado do Paraná para identificação dos setores e áreas industriais mais promissoras para o estado em um horizonte de 10 anos. Passados os 10 anos, em 2015, o Sistema da Federação das Indústrias do Paraná, Sistema Fiep em parceria com o Sebrae-PR lança uma segunda edição do projeto, para os próximos 10 anos, em busca de novas oportunidades de prosperidade. Mais especificamente, o objetivo desta segunda edição do projeto é identificar setores e áreas portadoras de futuro para a indústria paranaense que possam situar o estado em uma posição competitiva em nível nacional e internacional em um horizonte temporal de 10 anos. Para a Mesorregião Centro-Oriental foram priorizados os seguintes setores, segmentos e áreas: Agroalimentar; Bens de Capital; Biotecnologia; Celulose, Papel e Gráfica; Construção; Economia Criativa; Economia da Água; Economia do Turismo e Lazer; Economia Verde; Energia; Infraestrutura e Logística; Madeira e Móveis; Meio Ambiente; Metal-mecânico; Tecnologia da Informação e Comunicação.

Atualmente, mais um Complexo Industrial está se desenvolvendo na região norte da cidade, com a implantação de indústrias alimentícias e automobilísticas de alto padrão. Em 2013 foi inaugurada a DAF/PACCAR Caminhões, sendo esta a primeira fábrica de caminhões da marca na América Latina; e em 2016 foi inaugurada a fábrica da Companhia de Bebidas das Américas - AmBev Cervejaria.

O município de Ponta Grossa, por meio da união de esforços de grande grupo de gestores como Prefeitura Municipal, Associação Comercial e Industrial – ACIPG, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, Federação das Indústrias do Paraná – FIEP, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Ponta Grossa – CDESPONTA, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, dentre outros, está implantando o Parque Eco Tecnológico de Ponta Grossa, e, na UEPG, está em andamento a consolidação da Incubadora de Projetos Inovadores - INPROTEC da UEPG.

Este novo cenário que se apresenta por meio da crescente industrialização motivou a UEPG ao desenvolvimento de atividades de ensino, extensão, pesquisa e inovação desencadeadas pelos cursos de Graduação (Bacharelado) em Geografia, Física, Matemática Aplicada, Química Tecnológica, Engenharia Civil, Engenharia de Software, Engenharia de Materiais, Engenharia de Alimentos, e Engenharia de Computação; e cursos de Mestrado e Doutorado em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Ciências (Física), Geografia, Engenharia e Ciências de Materiais, e Química; e cursos de Mestrado Acadêmico em Computação Aplicada, Engenharia Sanitária e Ambiental e Química Aplicada.

A formação de profissionais em nível superior nessas áreas do conhecimento e as pesquisas realizadas nos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu contribuem para alavancar o desenvolvimento científico e tecnológico necessário para o crescimento desse segmento tão importante para municípios dos Campos Gerais, bem como para o Estado do Paraná. Salienta-se que o equilíbrio na geração de riquezas no Paraná entre os setores Agrícola e Industrial depende, fundamentalmente, das IES e institutos de Pesquisas. Nesse contexto, a UEPG vem contribuindo, mas tem muito mais a acrescentar para o Estado, por meio de ações da Agência de Inovação e Propriedade Intelectual - AGIPI com a FIEP e a ACIPG.

Na área da saúde, Ponta Grossa é a cidade-polo da mesorregião centro-oriental do estado do Paraná. A UEPG, desde antes da sua criação, ainda como faculdades isoladas, já tinha tradição na área de saúde, com os cursos de Farmácia, Educação Física e Odontologia. A vocação da UEPG na área de saúde e biológicas é demonstrada pela formação de recursos humanos de excelência nos cursos de graduação em Biologia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Medicina e Odontologia. Essas áreas têm diversas atividades de ensino, pesquisa e inovação, por meio dos cursos de Mestrados e



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 5 DE 60

Doutorados em Ciências Farmacêuticas e Odontologia, Mestrados em Ciências Biomédicas e Ciências da Saúde. Adicionalmente, há o Mestrado em Biologia Evolutiva, que possui interface bastante estreita com a área da saúde. Essa área também teve, nos últimos anos, forte inserção na pós-graduação Lato Sensu, sobretudo, após o Hospital Regional dos Campos Gerais se tornar universitário, Hospital Universitário Regional Dos Campos Gerais, sob responsabilidade da UEPG. Nesse contexto, destacam-se as Residências Médicas (Cirurgia Geral, Cirurgia Vascular, Clínica Médica, Medicina da Família, Neurologia e Radiologia), Multiprofissional (Atenção à Saúde Neonatal, Intensivismo, Reabilitação e Saúde do Idoso) e Uniprofissional (Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial e Enfermagem Obstétrica). A área de Saúde da UEPG também tem experiência na formação de recursos humanos em nível de especialização em Odontopediatria e Ortodontia, e mais recentemente, em Hemoterapia.

Dessa forma, considerando a importância da cidade no contexto da saúde regional, as carências e necessidades da população em termos de saúde, justificadas pelos baixos valores de Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - de algumas cidades atendidas justificam os cursos de Pós-Graduação citados para a formação de pesquisadores e profissionais de elevado nível para contribuir com o desenvolvimento regional. Além da projeção regional, a área de saúde da UEPG tem se destacado pela atração de pós-graduandos de vários países da América Latina.

A formação de professores para atuação na Educação Básica, desde 1950, atende as áreas de Matemática, Química, Física, Biologia, Geografia, História, Letras, Pedagogia, Artes Visuais, Música, Educação Física, além do curso de Licenciatura em Computação, implantado em 2017, e do curso de Licenciatura em Filosofia aprovado institucionalmente e submetido à apreciação da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI para autorização de funcionamento.

Os cursos de Licenciatura da UEPG vêm desenvolvendo um trabalho coletivo reconhecido nacionalmente pelo caráter inovador das ações da Comissão Permanente das Licenciaturas – COPELIC e dos Programas voltados à formação docente como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID.

Projetos e atividades extensionistas voltados à melhoria do Ensino Básico e à formação inicial e continuada de professores são desenvolvidos pelos professores da Instituição. Soma-se a isso, a contribuição expressiva dos cursos (acadêmicos) de Mestrados e Doutorados em Ciências (Física), Educação, Geografia e Química; Mestrados (Acadêmicos) em Ensino de Ciências e Educação Matemática e Estudos da Linguagem; e dos Mestrados Profissionais em Ensino de Física, História e Matemática. Ainda, há forte inserção dos cursos Lato Sensu voltados ao público da licenciatura, sobretudo, mediante oferta de cursos de Especialização a distância em (i) Educação Física Escolar; (ii) Filosofia para o Ensino Médio; (iii) História, Arte e Cultura; e (iv) Sociologia para o Ensino Médio. Portanto, a UEPG desempenha sólido papel na formação de licenciados em nível de graduação, especialização a distância, mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado para atuação na Educação Básica e Educação Superior, sendo importante polo de qualificação profissional, de fomento e irradiação de pesquisas e inovações na área educacional.

As áreas de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais e Aplicadas defendem a perspectiva da interdisciplinaridade na construção do saber científico, dada a própria complexidade dos fenômenos da vida social. A atuação dos cursos de Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas e dos Mestrados em Economia e Jornalismo em uma das áreas de menor IDH do Estado do Paraná, demanda à UEPG a realização de estudos e pesquisas que contribuam para a compreensão desta realidade, com o objetivo de subsidiar intervenções possíveis que conduzam à elevação dos padrões de justiça e inclusão sociais. As áreas de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais Aplicadas também se destacam na formação de recursos humanos em nível de Especialização (a distância e



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 6 DE 60

presencial), com destaque para (i) Gestão de Eventos e Cerimonial Público e Privado; (ii) Gestão em Saúde; (iii) Gerontologia; (iv) Gestão Pública; (v) Gestão Pública Municipal; (vi) Direito e Processo Administrativo; e (vii) Direito Penal e Prática Forense Penal.

A UEPG já participou da política de fundação de campi avançados, chegando a estar, não exatamente no mesmo período, em seis conjuntos universitários diferentes fora da sede. Nas instalações fora da sede, em face da demanda limitada, têm sido ofertados cursos diversos de forma rotativa, de maneira a não saturar o mercado de trabalho local e regional. Atualmente, somente o campus de Telêmaco Borba está ativo.

Outro aspecto da inserção da UEPG, que remete ao contexto estadual e nacional, se dá por meio da Educação a Distância, iniciado com o Curso Normal Superior com Mídias Interativas, integrante do Programa Estadual de Formação de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental. O aparato tecnológico montado para essa atividade levou à criação, na UEPG, do Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta e a Distância, o qual vem se expandindo com a oferta do ensino na modalidade a distância de cursos de Graduação, Pós-Graduação e formação continuada de professores, em parceria com o MEC, a Secretaria de Educação Básica - SEB, Universidade Aberta do Brasil - UAB e a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, e mais recentemente com projetos e atividades extensionistas.

Em 2017, foram ofertadas 2620 vagas, distribuídas em 9 (nove) cursos de graduação a distância: Bacharelado em Administração Pública, Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Geografia, Licenciatura em História, Licenciatura em Letras Português/Espanhol, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Computação e Tecnólogo em Gestão Pública.

Os cursos de Licenciatura em Computação e de Tecnologia em Gestão Pública tiveram a primeira oferta em 2017. O curso de Tecnologia em Gestão

Pública foi criado para atender uma solicitação da SETI, considerando a necessidade de formação em nível superior dos servidores públicos do Estado do Paraná, e cujo projeto foi submetido a Edital de financiamento junto a órgãos de fomento.

A área de abrangência do ensino de graduação a distância espalha-se em todas as regiões o estado do Paraná, além dos estados de São Paulo e Santa Catarina.

1.5 Breve Histórico da IES

A Universidade Estadual de Ponta Grossa, localizada na região centro-sul do Estado do Paraná, foi criada pelo Governo do Estado do Paraná, através da Lei n. 6.034, de 06/11/1969, publicada em 10/11/1969, e do Decreto n. 18.111, de 28/01/1970.

Trata-se de uma das mais importantes instituições de Ensino Superior do Paraná, resultante da incorporação das Faculdades Estaduais já existentes e que funcionavam isoladamente. Eram elas: a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, criada pelo Decreto Estadual n. 8.837, de 08/11/1949, e reconhecida pelo Decreto Federal n. 32.242, de 10/02/1953; a Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, criada pela Lei n. 921, de 16/11/1952, e reconhecida pelo Decreto Federal n. 40.445, de 30/11/1956, posteriormente desmembrada em Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica de Ponta Grossa e Faculdade Estadual de Odontologia de Ponta Grossa, através da Lei n. 5.261, de 13/01/1966; a Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa, criada pela Lei n. 2.179, de 04/08/1954, e reconhecida pelo Decreto Federal n. 50.355, de 18/03/1961; e a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa, criada pela Lei n. 03/66, de 12/01/1966, e reconhecida pelo Decreto Federal n. 69.697, de 03/12/1971.

A personalidade jurídica de cada uma dessas unidades isoladas foi extinta no ato da criação da Universidade sob o regime da Fundação de Direito Público, reconhecida pelo Governo Federal através do Decreto n. 73.269, de 07/12/1973 que, simultaneamente, aprovou seu Estatuto, Regimento Geral e Plano de Reestruturação. O início das atividades



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 7 DE 60

da UEPG foi assinalado pela posse do professor Álvaro Augusto Cunha Rocha, no cargo de Reitor, e do professor Odeni Villaca Mongruel, no cargo de Vice-Reitor, ambos nomeados pelo Governador na época, Dr. Paulo Cruz Pimentel, conforme Decreto n. 20.056, de 06/05/1970.

A segunda gestão teve início em 1974, sendo nomeados para o cargo de Reitor o professor Odeni Villaca Mongruel e, para o cargo de Vice-Reitor, o professor Daniel Albach Tavares.

A terceira gestão iniciou no dia 28 de março de 1979, com a nomeação do professor Daniel Albach Tavares para o cargo de Reitor e do professor Waldir Silva Capote para o cargo de Vice-Reitor.

Pelo Decreto n. 226, de 29/03/1983, o Governador José Richa nomeou o professor Ewaldo Podolan para o cargo de Reitor e o professor João Lubczyk para o cargo de Vice-Reitor, dando início a quarta gestão administrativa da Instituição.

Os dirigentes da quinta gestão foram os professores João Lubczyk e Lauro Fanchin, respectivamente Reitor e Vice-Reitor da Instituição, nomeados pelo Decreto n. 106, de 19/03/1987.

A sexta gestão, constituída dos professores João Carlos Gomes para o cargo de Reitor e Roberto Frederico Merhy para o cargo de Vice-Reitor, foi oficializada por ato do Governador Álvaro Dias, que os nomeou através do Decreto n. 7.691, de 06/03/1991.

O professor Roberto Frederico Merhy e a professora Leide Mara Schmidt, que assumiram a Reitoria e a Vice-Reitoria da Instituição, dando início a sétima gestão, foram nomeados para os respectivos cargos pelo Decreto n. 3.828, de 22/07/1994.

Ao fim dessa gestão, ouvida a comunidade universitária, os referidos professores foram reconduzidos aos seus cargos, instituindo o primeiro caso de reeleição da Instituição – reeleição esta que foi confirmada pelo Decreto n. 4.725, de 31/08/1998, sancionado pelo Governador Jaime Lerner.

Em 22 de agosto de 2002, nomeados pelo Decreto n. 6.181/2002 do Governador Jaime Lerner, assumiram a Reitoria os professores Paulo Roberto Godoy e Ítalo Sergio Grande, respectivamente Reitor e Vice-Reitor da UEPG, eleitos em pleito democrático do qual participaram docentes, discentes e funcionários da UEPG.

Em 11 de julho de 2006, nomeados pelo Decreto n. 6.885 pelo Governador Roberto Requião, assumiram a Reitoria os professores João Carlos Gomes, Reitor, e Carlos Luciano Sant'Ana Vargas, Vice-Reitor, escolhidos por meio de consulta a comunidade universitária.

A décima primeira gestão na história da Universidade, também escolhida mediante consulta à comunidade universitária, figura como o segundo caso de reeleição, constituída pelos professores João Carlos Gomes, Reitor, e Carlos Luciano Sant'Ana Vargas, Vice-Reitor, nomeados pelo Decreto n. 7.265, de 01/06/2010, do Governador Orlando Pessuti.

Em meados de 2013, o então Governador do Estado, Carlos Alberto Richa, efetua convite ao Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, professor João Carlos Gomes, para assumir a pasta da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Pelos Decretos n. 8776, de 21 de agosto de 2013 e Decreto n. 12, de 1º. de janeiro de 2015, do Governador Carlos Alberto Richa, o professor João Carlos Gomes é nomeado Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, onde permaneceu até 6 de abril de 2018.

Em conformidade com o Estatuto e Regimento Geral da Universidade Estadual de Ponta Grossa, em sessão solene e pública do Conselho Universitário, no dia 12 de setembro de 2013, o professor Carlos Luciano Sant'Ana Vargas, é empossado Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, nomeado pelo Decreto n. 8775, de 21 de agosto de 2013, em cumprimento ao término de mandato, até 31 de agosto de 2014.

Em 1º. de setembro de 2014, após consulta à comunidade universitária, inicia-se a décima segunda gestão na condução dos caminhos da Instituição. Nomeados pelo Decreto n. 11.491, de 2 de julho de 2014, do Governador Carlos Alberto Richa, respectivamente aos



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 8 DE 60

cargos de Reitor e Vice-Reitor, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, os professores Carlos Luciano Sant`Ana Vargas e Gisele Alves de Sá Quimelli.

Em 1º. de setembro de 2018, o reitor Miguel Sanches Neto e o vice-reitor Everson Augusto Krum assumem a reitoria da UEPG para os próximos quatro anos (1º de setembro de 2018 a 31 de agosto de 2022). Para o período de 2022 a 2026 foram eleitos o professor Miguel Sanches Neto e Ivo Mottin Demiate.

2. DADOS SOBRE O CURSO

2.1 Nome do Curso: Licenciatura em Pedagogia - DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E GESTÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

2.2 Habilitação/Grau:

() Bacharelado (x) Licenciatura () Tecnólogo

2.3 Modalidade de Ensino:

(X) Presencial () Educação a Distância

2.4 Local de funcionamento do Curso:

Campus Central

2.5 Turno de Funcionamento:

(X) Matutino () Vespertino
() Integral (X) Noturno

2.6 Carga Horária do Curso:

EIXOS CURRICULARES	Horas	CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO
Formação Básica Geral	1088	11h
Disciplinas Prática enquanto componente curricular	408	204h
Formação Específica Profissional	1258	33h
Diversificação ou Aprofundamento	136	102h
Estágio Curricular Supervisionado	408	--
Atividades Complementares	200	---
TOTAL	3498h	350h extensão

2.7 Tempo de duração do Curso:

Mínimo: 4 anos **Máximo:** 6 anos

2.8 Ano da Primeira Oferta com adequação curricular: 2023



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 9 DE 60

2.9 Atos Legais:

	número		dia	mês	ano
Criado pela Resolução CA	111	de	06	11	1961
Reconhecido pelo Decreto	62690	de	10	05	1968
Publicado no Diário Oficial da União	93	de	16	05	1968
Reconhecido o Magistério para Educação Básica pelo Decreto	3554	de	15	02	2001
Publicado no Diário Oficial do Estado	5929	de	16	02	2001
Renovado o Reconhecimento pelo Decreto do Governo do Estado do Paraná	8413	de	22	09	2010
Publicado no Diário Oficial do Estado	8309	de	22	09	2010
Currículo atual aprovado pela Resolução CEPE	197	de	04	11	2008
Currículo atual aprovado pela Resolução CEPE	211	de	20	10	2009
Currículo atual aprovado pela Resolução CEPE	212	de	20	10	2009

Renovação de reconhecimento: Decreto n. 3618, de 02.03.16. DOE. N. 9648 de 03.03.2016.

Renovação de reconhecimento: PARECER CEE/CES Nº 14/20 APROVADO EM 18/02/20.

Portaria SETI 075 - 13 de Abril de 2020 - Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura, pelo prazo de 4 (quatro) anos, a partir de 23/09/20 até 22/09/24, com carga horária de 3.498 (três mil, quatrocentas e noventa e oito horas), 105 (cento e cinco) vagas anuais, regime de matrícula seriado anual, turnos de funcionamento matutino e noturno, período de integralização mínimo de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos, ofertado no Campus Central pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, com sede no município de Ponta Grossa, mantida pelo Estado do Paraná.

2.9.1 Local de Funcionamento e vínculo administrativo do Curso

Campus universitário: Central

Setor: Ciências Humanas, Letras e Artes

Departamentos:

Pedagogia - DEPED – deped@uepg.br

Educação - DEED – deed@uepg.br

Colegiado - COLLIPED – colegiadopedagogia@uepg.br

2.10 Número de Vagas Ofertadas:

Total:	105
--------	-----

2.11 Conceitos do Curso:

Conceito Preliminar de Curso (CPC)	2021	3
Conceito ENADE	2021	5

2.12 Percentual candidato/vaga Vestibular e Processo Seletivo Seriado (PSS)

ANO	TURNO	VAGAS	N.º DE INSCRIÇÕES			RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA		
			Inverno	Verão	PSS	Inverno	Verão	PSS
2020	MATUTINO	35	73	71	40	5,61%	5,46%	4,44%
	NOTURNO	70	131	150	65	5,03%	5,79%	3,61%
2021	MATUTINO	35	50		58	1,93%		6,44%



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 10 DE 60

	NOTURNO	70	92		117	1,76%		6,50%
2022	MATUTINO	35	37	37	31	2,84%	2,84%	3,44%
	NOTURNO	70	104	112	84	4,00%	4,30%	4,66%

2.13 Dados sobre o Coordenador do Curso

Nome do coordenador do curso: Vera Lucia Martiniak	
Titulação: Doutorado em Educação	
Portaria de designação: Portaria 695/2022	
Formação Acadêmica: Pedagogia	
Graduação	Licenciatura em Pedagogia
Pós-Graduação	Doutorado em Educação
Carga Horária semanal dedicada à coordenação do curso	12 horas
Regime de trabalho do coordenador do curso	Regime de Dedicção Exclusiva
Tempo de exercício na IES	14 anos
Tempo na função de coordenador do curso	15 dias

2.14 Dados sobre o Colegiado de Curso

Membros componentes do Colegiado	Titulação	Regime de trabalho	Ato oficial de nomeação
Beatriz Gomes Nadal	Doutorado	Dedicção Exclusiva	Portaria Setorial nº. 21/2021
Clícia Buhner Martins	Doutorado	Dedicção Exclusiva	Portaria Setorial nº. 47/2022
Daiana Camargo	Doutorado	Dedicção Exclusiva	Portaria Setorial nº. 15/2022
Elismara Zaias Kailer	Doutorado	Dedicção Exclusiva	Portaria Setorial nº. 01/2021
Gisele Brandelero de Camargo	Doutorado	Dedicção Exclusiva	Portaria nº. 221/2022
Giselle Cristina Smaniotto	Doutorado	Dedicção Exclusiva	Portaria nº. 695/2022
Lucimara Cristina de Paula	Doutorado	Dedicção Exclusiva	Portaria Setorial nº. 33/2022
Maria Isabel Moura do Nascimento	Doutorado	Dedicção Exclusiva	Portaria Setorial nº. 33/2022
Nelba Maria Teixeira Pisacco	Doutorado	Dedicção Exclusiva	Portaria Setorial nº. 32/2022
Simone de Fátima Flach	Doutorado	Dedicção Exclusiva	Portaria Setorial nº. 02/2021

2.15 Dados sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE

Docentes componentes do NDE	Titulação	Regime de trabalho	Tempo de exercício no NDE
Karen Ribeiro	Doutorado	Dedicção Exclusiva	Portaria Setorial Nº.23/2022 de 26/04/22
Marilúcia Antônia de Resende Peroza	Doutorado	Dedicção Exclusiva	Portaria Setorial Nº.70/2021 de 9/11/2021
Paola Andressa Scortegagna	Doutorado	Dedicção Exclusiva	Portaria Setorial Nº. 16/2022 de 7/03/2022
Marcelo Ubiali Ferracioli	Doutorado	Dedicção Exclusiva	Portaria Setorial Nº. 77/2022 de 24/20/2022

2.16 Dados sobre Discentes Ingressantes e Formados

Turno: Matutino	
Ingresso (Quantitativo de alunos ingressantes efetivamente matriculados)	Formação (Quantitativo de alunos efetivamente formados)



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 11 DE 60

Ano de ingresso	No. de vagas ofertadas	No. de alunos ingressantes	Ano de formação	No. de alunos concluintes	Relação formandos/ingressantes
2012	35	35	2016	28	80%
2013	40	40	2017	23	57,5%
2014	40	32	2018	29	90,62%
2015	40	40	2019	26	65,00%
2016	40	36	2020	14	38,88%
2017	35	23	2021	13	56,52%

Turno: Noturno					
Ingresso (Quantitativo de alunos ingressantes efetivamente matriculados)			Formação (Quantitativo de alunos efetivamente formados)		
Ano de ingresso	No. de vagas ofertadas	No. de alunos ingressantes	Ano de formação	No. de alunos concluintes	Relação formandos/ingressantes
2012	70	63	2016	53	84,12%
2013	80	75	2017	49	65,33%
2014	80	80	2018	54	67,5%
2015	80	76	2019	56	73,68%
2016	80	80	2020	51	63,75%
2017	70	70	2021	50	72,85%

3. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO

3.1 Apresentação do Curso

Histórico do Curso de Pedagogia¹

Tal como no contexto nacional, o Curso de Pedagogia da UEPG passou por várias mudanças que no contexto institucional repercutiram na sua organização e funcionamento.

O Curso de Pedagogia teve seu início em 1962 ainda na Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa. A autorização de funcionamento se deu pelo Decreto n. 111/1961, de 06 de novembro de 1961 e o reconhecimento do curso pelo decreto n. 62.690/1968 de 16 de maio de 1968.

O curso implantado visava formar em quatro anos o “técnico em educação” (bacharel) e o professor das disciplinas pedagógicas (licenciado) que atuaria no Curso Normal. O modelo organizacional seguia as orientações nacionais, em especial o Parecer CFE n.251/1962 que delineava o chamado “esquema 3+1”.

Em 1972 o curso sofreu sua primeira alteração visando atender as especificações do Parecer CFE n.252/1969 o qual estabelecia uma carga horária de 2200 horas, distribuídas em no mínimo 3 anos letivos, para os cursos de Pedagogia do Brasil. Além de formar para a docência nos Cursos Normais, previa a formação dos especialistas em: Supervisão Escolar, Administração Escolar, Inspeção Escolar e Orientação Educacional. A formação para a docência no Curso Normal era obrigatória/comum a todos. Além dessa formação, o acadêmico poderia optar por uma das habilitações já citadas e cursar todas elas retornando à instituição para a área(s) de seu interesse.

¹ Redigido com base em: SANTOS, Sydione. O curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa e os nexos entre teoria e prática: uma análise necessária. Olhar de Professor, Ponta Grossa, v.2, n.2, p. 81-93, nov. 1999. SOUZA, Audrey P. de. Trajetória da psicologia da educação no curso de pedagogia da UEPG (1962-2012): conformação e consolidação do campo de conhecimento. 2017. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 12 DE 60

A organização curricular manteve-se praticamente a mesma pelos anos seguintes, com a inclusão de novas disciplinas no rol de optativas ou mudanças pontuais de disciplina de um semestre para outro.

Em 1989 ocorre um processo de reestruturação do curso, visando também atender a mudança do sistema semestral de créditos para o sistema seriado anual na instituição (com início em 1990). Segundo Santos (1999, p. 85):

Em 1989, no contexto do curso de Pedagogia da UEPG, intensificaram-se discussões sobre o distanciamento da Universidade em relação à realidade concreta da escola e buscou-se romper com uma prática idealista e ou puramente tecnicista. Naquele momento, as Associações, os Eventos e os Movimentos de Educadores se fortaleciam, convidando o educador a assumir uma posição crítica frente às propostas unilaterais, definidas à priori pelos órgãos oficiais. Assim, a reformulação de 1989 propunha a formação de um profissional mais crítico e mais completo no sentido de atender às exigências da prática docente, voltando-se à formação para o Magistério, porque até então a tônica do curso era formar os “especialistas”. Os acadêmicos acabavam preocupados, apenas, em se tornarem um desses profissionais, o que comprometia a sua formação enquanto educador e o necessário conhecimento da prática docente. (SANTOS, 1999, p. 85)

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) encaminhado para aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) propunha a formação de professores para atuar nos anos iniciais do ensino fundamental e na docência das disciplinas pedagógicas do 2º. Grau. As habilitações para opção dos acadêmicos a partir do terceiro ano do curso, passam a ser: Magistério das Séries iniciais do 1º. Grau; Magistério das Classes de Alfabetização e Magistério de Pré-Escola.

No período em questão foi suspensa a oferta das habilitações de Supervisão Escolar, Administração Escolar e Orientação Educacional. No entanto, as mesmas foram retomadas em 1992 atendendo ao corpo discente do curso, bem como, às necessidades do mercado de trabalho.

Em 1996 um novo processo de reformulação curricular mobilizou as discussões e debates dentre os participantes do curso. Tal proposta curricular, iniciada em 1997, previa um curso de cinco anos, sendo: os quatro primeiros anos voltados à formação do professor do Magistério das Séries Iniciais do 1º. Grau e Magistério das matérias pedagógicas do 2º. Grau. O quinto ano tinha um caráter complementar efetivado por meio das habilitações: Supervisão escolar, Administração Escolar, Orientação educacional, Educação Infantil, Educação de Adultos, Educação Especial (Deficiência Mental).

Com o Decreto do CFE n. 3276/1999 de 06/12/1999 surge a necessidade de nova reformulação. O decreto criava o Curso Normal Superior e preconizava que a formação de professores para a Educação Infantil e Anos Iniciais do ensino fundamental seria exclusivamente no referido curso.

Os debates no âmbito nacional e institucional se ampliaram em função das repercussões do decreto na formação ofertada pelo Curso de Pedagogia. Os acadêmicos matriculados no curso de Pedagogia da UEPG questionavam qual seria a diferença entre a formação recebida por eles em relação ao Curso Normal Superior.

Com a situação instalada reivindicou-se o retorno das habilitações para a estrutura básica do curso garantindo a especificação das habilitações em Orientação Educacional, Supervisão Escolar e Administração Escolar com registro em seus diplomas e distinguindo da formação ofertada pelo Curso Normal Superior.

O período subsequente foi marcado pelo debate em torno das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os Cursos de Pedagogia. O processo evidenciou distintas concepções em relação à formação do pedagogo. Também no âmbito interno da UEPG muitas foram as reflexões e debates sobre a formação a ser ofertada.



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 13 DE 60

Somente em 15 de maio de 2006 pela Resolução CNE/CP n. 01/2006 é que são aprovadas as DCNs do Curso de Pedagogia. As DCNs em seu artigo 2º. explicitam a abrangência da expectativa de formação.

A proposta apresentava um curso com duração de quatro anos, comprometido com a formação do pedagogo habilitado para atuar como docente na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas do Ensino Médio e, ainda, apto para assumir tarefas relativas à organização e gestão de processos educativos em instituições escolares e não-escolares. A intenção de formar o pedagogo a partir de uma perspectiva de totalidade se constituiu em uma proposta de superação frente ao distanciamento e fragmentação causados pela separação das habilitações Supervisão Escolar, Administração Escolar e Orientação Educacional. Nessa proposta, a formação do pedagogo pretendida encontrava-se alicerçada em três pilares fundamentais e indissociáveis: a docência, a gestão de processos educativos, a relação entre pesquisa e prática pedagógica. A denominação “Licenciatura em Pedagogia - Magistério para a Educação Básica e Gestão Educacional” corrobora o propósito de formação almejado pelo curso. (SOUZA, 2017, p. 81)

Após amplos debates foi proposta nova estrutura curricular que passou a vigorar a partir de 2007.

Com a denominação “Licenciatura em Pedagogia: Magistério para a Educação Básica e Gestão educacional”, o curso apresentava as seguintes finalidades e campos de atuação:

- formação de professores para o exercício de magistério na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- formação de professores para disciplinas pedagógicas do Ensino Médio (formação de professores);
- formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional (gestão educacional), previstas no Art. 64 da Lei 9394/96.

Assim, os campos de atuação do pedagogo são os seguintes:

- docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental e docência nas disciplinas pedagógicas do Ensino Médio;
- funções de organização e gestão de instituições e sistemas de ensino. (UEPG, PPC Pedagogia, 2006, p. 9).

A nova reformulação curricular encaminhada ao CEPE em 2012, iniciada em 2013 está vigente até a presente data. Dentre as alterações mais significativas está a exclusão do Estágio no Magistério de Ensino Médio e a organização dos Estágios de Docência na Educação Infantil e Estágio de Gestão na Educação Básica I, no 3º. ano do curso, e no 4º. ano Estágio de Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Estágio de Gestão na Educação Básica II.

O PPC apresentava como finalidade do curso:

[...] formar profissionais para o exercício da docência NA EDUCAÇÃO INFANTIL, NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E PARA AS FUNÇÕES DE GESTÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA. Conforme o § 1º do art. 2º da Resolução CNE/CP nº1, de 15 de maio de 2006, a docência é compreendida “como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo”. (UEPG, PPC Pedagogia, 2012, p. 14)

Em relação à gestão esclarece que engloba:



- planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do Setor da Educação;
- planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas nas escolas;
- produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares. (UEPG, PPC Pedagogia, 2012, p. 14)

Os princípios norteadores da nova proposta curricular estão em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006), a qual define princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados em seu planejamento e avaliação.

O CURSO, SUAS FINALIDADES e CAMPO DE ATUAÇÃO

O Curso de Graduação em Pedagogia da UEPG tem como finalidade formar profissionais para o exercício da docência **NA EDUCAÇÃO INFANTIL, NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E PARA AS FUNÇÕES DE GESTÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA**. Conforme o § 1º do art. 2º da Resolução CNE/CP nº1, de 15 de maio de 2006, a docência é compreendida “como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo”. Por outro lado, a gestão engloba:

- planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do Setor da Educação;
- planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas nas escolas;
- produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares.

Assim, os campos de atuação do licenciado em pedagogia da UEPG são:

- docência na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Educação Básica;
- funções de organização e gestão de instituições e sistemas de ensino da Educação Básica.

Pelo exposto acima, o Curso de Licenciatura em Pedagogia da UEPG procurará garantir aos acadêmicos, de forma sólida, a apropriação dos fundamentos teóricos e práticos para as funções de docência, de gestão e de desenvolvimento de pesquisa. Na condição de formação inicial, supõe a continuidade de estudos e reflexões do profissional após a conclusão do curso, no ambiente acadêmico e profissional.

– Princípios Pedagógicos do Curso

a) Sólida formação para docência e gestão educacional

O Curso de Licenciatura em Pedagogia da UEPG, conforme foi explicitado anteriormente, priorizará a formação do pedagogo para a docência e para as funções de gestão na Educação Básica.

A formação para a docência confere especificidade à função do profissional da educação entendida como ato educativo intencional, seja no trabalho pedagógico escolar ou não escolar. Nesse sentido, a docência é definida “em seu sentido amplo, enquanto trabalho e processo pedagógico construído no conjunto das relações sociais e produtivas e, em sentido estrito, como expressão multideterminada de procedimentos didático-pedagógicos intencionais passíveis de uma abordagem transdisciplinar” (ANFOPE, ANPED,



ANPAE, FORUNDIR, CEDES, FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR, 2001).

Esse princípio se efetivará por meio de uma sólida formação teórica articulada com a realidade escolar, além de processos formativos práticos desenvolvidos:

- nas disciplinas de Fundamentos e Metodologias das diferentes áreas de conhecimento;
- nas disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica e no Seminário de Docência e Gestão na Educação Básica;
- nas disciplinas de Gestão Educacional;
- nas disciplinas de Estágio Supervisionado em Docência e Gestão na Educação Básica;
- no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), desenvolvido de forma progressiva e articulada com as demais atividades do curso, de modo a facilitar a aproximação dos acadêmicos com diferentes possibilidades de pesquisa;
- nas atividades complementares que se constituem em instrumentos válidos para o aprimoramento na formação acadêmica e profissional.

b) Formação inicial para pesquisa entendida como um processo imprescindível ao profissional da educação

Com o objetivo de garantir uma base consistente para o desempenho profissional, o Curso de Licenciatura em Pedagogia da UEPG proporcionará aos acadêmicos uma formação inicial para a pesquisa nas disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica. Essa formação culminará com a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC). As ementas das disciplinas do eixo de pesquisa devem garantir aos acadêmicos uma formação específica para a investigação científica, de modo processual e gradativo.

Ainda que contemplada de forma específica nas disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica, a pesquisa sobre a ação educativa deve ser tomada como objeto de reflexão ao longo de todo o curso, em todas as demais disciplinas. A pesquisa é entendida, portanto, como prática individual e coletiva, conforme apontam Pimenta e Anastasiou (2002, p. 199):

[...] possibilita a construção de um pensar compartilhado sobre nossas próprias incertezas e dificuldades. Possibilita e exige distanciamento e análise das ações executadas e das ocorrências efetivadas à luz dos (quase sempre imprevistos) resultados. Dá voz ao professor como autor e ator. Favorece uma autocrítica extremamente salutar. Reconstrói a teoria existente. Permite esvaziar os aspectos e ações imediatistas, levando a construção de uma teoria emancipatória [...].

Dessa forma, é imprescindível na formação do pedagogo um olhar mais atento para o atual contexto social e educacional, no sentido de desenvolver pesquisas que permitam ao profissional comprometer-se com a transformação da educação e assumir os desafios da educação contemporânea. A pesquisa oportuniza aos acadêmicos compreender o contexto social mais amplo, o papel da educação nesse contexto, a importância da ação coletiva e o compromisso dos educadores na promoção de mudanças efetivas. É essencial que os educadores se manifestem contra as desigualdades e injustiças sociais, dentro e fora das escolas, trabalhando, ao mesmo tempo, para oportunizar aos estudantes uma formação humana emancipatória.

c) Gestão democrática como base para a organização do trabalho pedagógico

O Curso de Licenciatura em Pedagogia da UEPG, nas diferentes atividades formativas, está alicerçado na formação de um pedagogo que seja capaz de concretizar em sua prática a gestão democrática da escola e do sistema educacional como um todo, o que implica a ampliação dos espaços de participação dos educadores nas instituições e nas decisões educacionais mais amplas.



A participação é fundamental para a construção do projeto educacional. Parte do sentimento de vinculação das pessoas com relação ao espaço que desejam influenciar a partir de suas compreensões, capacidades, decisões e trabalho coletivo. Pressupõe, portanto, o envolvimento dos sujeitos nos processos decisórios e o conhecimento da dinâmica interna à escola (seus objetivos e pressupostos pedagógicos, estrutura organizacional, financiamento, entre outros). Isso significa que os educadores, pais, alunos, representantes da comunidade e da sociedade civil organizada e outros cidadãos têm o direito de estar informados e de participar criticamente na elaboração e execução das políticas e programas escolares/educacionais. Da mesma forma, nas salas de aula os alunos e professores devem estar envolvidos no planejamento cooperativo em torno de um currículo democrático, que enfatize o acesso do aluno a um amplo leque de conhecimentos e ao direito de ter ideias diferentes e de ser ouvido.

A ideia de autonomia fundamenta a de participação. Como “capacidade de ter posicionamento próprio, elaborar projetos pessoais e participar de projetos coletivos” (CONTRERAS, 2002, p. 269), a autonomia revela uma natureza que a torna um princípio fundamental dos processos democráticos, já que se relaciona às possibilidades de escolha. Assim, é a participação autônoma que torna possível a gestão democrática.

A gestão democrática requer a vivência cotidiana dos princípios democráticos de colaboração, solidariedade, noção de coletividade, livre fluxo de ideias, entre outros (APPLE; BEANE, 1997). Refere-se à possibilidade de que as decisões que envolvem o projeto educativo sejam tomadas por todos, contemplando a diversidade de crenças, valores e necessidades num movimento de participação democrática capaz de levar toda a comunidade escolar a atuar de modo identificável, coerente e corresponsável com o que ajudou a decidir.

Há que se considerar, ainda, que gerir democraticamente uma escola ou outra instituição de cunho educativo envolve tensões e contradições, uma vez que a constituição dos diferentes sujeitos coletivos abrange o conflito entre as partes e a consequente diversidade de percepções e concepções. Portanto, o conflito se constitui no ponto de partida para a construção das propostas pedagógicas; tomado numa perspectiva crítica, permite descortinar dificuldades, contradições e desenvolver uma visão mais abrangente, articulada e objetiva da realidade, com tomada reflexiva de decisões.

Na formação do pedagogo, a gestão democrática é defendida como base para organização do trabalho pedagógico e como instrumento de transformação das práticas escolares educacionais como um todo.

3.2 Justificativa

Egressas/os do curso de licenciatura em Pedagogia atuam nas redes públicas municipal e estadual e também na rede privada de ensino.

A rede municipal de ensino atende cerca de 32000 alunos na educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, portanto, tem uma demanda significativa por formados na licenciatura em Pedagogia. Além disso, o curso de Pedagogia recebe grande número de estudantes dos municípios da região dos Campos Gerais.

3.3 Objetivos

Garantir aos acadêmicos, de forma sólida, a apropriação dos fundamentos teóricos e práticos para as funções de docência, de gestão e de desenvolvimento de pesquisa. Na condição de formação inicial, supõe a continuidade de estudos e reflexões do profissional após a conclusão do curso, no ambiente acadêmico e profissional.

3.4 Perfil Profissional do Egresso

O perfil do profissional graduado no Curso de Licenciatura em Pedagogia, ao exercer suas atividades nas áreas e/ou campos profissionais da docência, gestão, produção



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 17 DE 60

e difusão de conhecimentos, assenta-se no pressuposto de que o egresso deve assumir uma postura profissional pautada na ética e na responsabilidade social, para a construção de uma sociedade incluyente, justa e solidária. Esse perfil está em consonância com o Art 5º da Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006, que apregoa ao pedagogo:

- I. atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- II. compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir para o seu desenvolvimento nas dimensões física, psicológica, intelectual e social, entre outras;
- III. fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- IV. trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- V. reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos, nas suas relações individuais e coletivas;
- VI. ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- VII. relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- VIII. promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- IX. identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- X. demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- XI. desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- XII. participar da gestão das instituições escolares e não escolares, contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico e de programas educacionais;
- XIII. realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros, sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;
- XIV. utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- XV. estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar, e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

§ 1º No caso dos professores indígenas e de professores que venham a atuar em escolas indígenas, dada a particularidade das populações com que trabalham e das situações em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

- I. promover diálogo entre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo indígena junto a quem atuam, e os provenientes da sociedade majoritária;



II. atuar como agentes interculturais, com vistas à valorização e ao estudo de temas indígenas relevantes.

§ 2º As mesmas determinações se aplicam à formação de professores para escolas de remanescentes de quilombos ou que se caracterizem por receber populações de etnias e culturas específicas.

O princípio norteador da formação do pedagogo está alicerçado na condição de torná-lo um profissional competente. Esse princípio exige a formação de um professor investigador, comprometido com a realidade social em que está inserido. O conceito de competência ora assumido está atrelado ao posicionamento de Cury (2004, p. 4), que esclarece:

Ser chamado de competente é ser reconhecido como um profissional, capaz, crítico e consciente, positivamente avaliado porque se trata de alguém que, reunindo em si a relação teoria e prática torna-se capaz de dar uma resposta consequente a problemas complexos das finalidades maiores das funções da escola e aos problemas da vida social contemporânea. O docente competente é, pois, aquele que sabe, que sabe fazer, que sabe fazer bem e que sabe fazer sabendo e fazendo o porquê e o para quê das coisas relativas à sua profissão, já que dele se postula o princípio metodológico da teoria/prática e da ação – reflexão – ação.

Assim, para compreender a complexidade da instituição escolar e dos procedimentos pedagógicos nela instaurados, há necessidade de uma formação que leve em consideração as dimensões histórica, filosófica, sociológica, psicológica, econômica, didática e metodológica dos processos educativos.

Em se tratando de alguns dos princípios norteadores dessa formação, destaca-se o domínio de conhecimentos teóricos que fundamentam a sua prática pedagógica e a articulação entre teoria e prática. Essa articulação também se encontra contemplada na matriz curricular, quando situa a pesquisa como um dos componentes da prática pedagógica, na medida em que a pesquisa se constitui em um elo articulador da produção técnico-científica. Esse processo formativo possibilita, ao acadêmico, condições de investigar a realidade e promover ações para dar respostas a problemas complexos no ambiente pessoal e profissional em que está inserido.

3.5 Campos de Atuação

O Curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação do profissional para o exercício da docência na **EDUCAÇÃO INFANTIL, NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E PARA AS FUNÇÕES DE GESTÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA.**

A articulação com o campo profissional se dá por meio dos estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios, bem como com a realização de projetos e eventos de extensão e de pesquisa.

3.6 Integração Graduação e Pós-Graduação

Os docentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia estão vinculados aos Departamentos de Educação e de Pedagogia. São docentes que atuam nas disciplinas vinculadas aos eixos de Formação Básica Geral e de Estágio Curricular Supervisionado. E, ainda, há um número significativo de professores, dos referidos departamentos, que atuam no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da UEPG. Em função desse contexto, a grande maioria dos docentes que atuam no curso desenvolve atividades articuladas à pesquisa, coordena grupos de estudos, orienta alunos na iniciação científica, trabalho de conclusão de curso – TCC, dissertações e teses. Essas atividades têm permitido uma aproximação entre a graduação e a pós-graduação; da mesma forma, têm possibilitado a alguns alunos concluintes do curso de graduação a aprovação em seleções



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 19 DE 60

de Mestrado, dando continuidade às pesquisas que tiveram a sua gênese no contexto do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

3.7 Mobilidade acadêmica e internacionalização

O curso não tem políticas específicas de internacionalização.

3.8 Extensão como Componente Curricular

A formação dos acadêmicos por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão permitem ampliar os horizontes.

Na presente adequação curricular estão previstas disciplinas com carga horária parcial ou total dedicadas à extensão. São elas: Pesquisa da Prática Pedagogia I, Pesquisa da Prática Pedagógica II, Pesquisa da Prática Pedagogia III, Seminário de Docência e Gestão da Educação Básica, Fundamentos Teóricos Metodológicos de Língua Portuguesa, Fundamentos Teóricos Metodológicos de Matemática, Fundamentos Teóricos de Educação Infantil, Psicologia da Educação II, Atividades Extensionistas I e Atividades Extensionistas II. Destaca-se que as referidas disciplinas desenvolverão suas atividades extensionistas em articulação com os projetos de extensão ofertados pelos departamentos de Educação e de Pedagogia. No quarto ano o aluno deverá optar, obrigatoriamente, dentre as disciplinas Atividades Extensionistas I e Atividades Extensionistas II qual desejará cursar.

As turmas para as disciplinas de Atividades Extensionistas I e II serão ofertadas de modo a contemplar o melhor aproveitamento didático-pedagógico e, serão ofertadas conforme o número de alunos e possibilidades de atendimento por professor responsável.

3.9 Flexibilização Curricular

A flexibilização curricular se dá por meio da oferta de um conjunto de disciplinas de diversificação e aprofundamento.

3.10 Prática como Componente Curricular

A prática, como componente curricular articulador, será desenvolvida ao longo do curso, num total de 408 horas, enfatizando a escola como campo de trabalho e estudo do gestor e do professor de Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A importância e a definição do espaço da prática nos cursos de formação de professores da Educação Básica explicitam-se na Resolução CNE/ CP nº 2, no Art. 1º, Inciso I, no qual se indica que deverão ser cumpridas 400 horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso, numa perspectiva de relação teoria-prática.

De acordo com o Parecer CNE/CP nº 5/2005, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, os núcleos de estudos básicos, de aprofundamento e diversificação e de estudos integradores:

deverão proporcionar aos estudantes, concomitantemente, experiências cada vez mais complexas e abrangentes de construção de referências teórico-metodológicas próprias da docência, além de oportunizar a inserção na realidade social e laboral de sua área de formação. Por isso, as práticas deverão ocorrer ao longo do curso, desde seu início. (2005, p. 12).

Mais adiante, essa proposição é fortalecida, destacando-se a necessária integração teoria-prática:

Merece, igualmente, destaque a exigência de uma sólida formação teórico-prática e interdisciplinar do Licenciado em Pedagogia, a qual exigirá, conforme mencionado anteriormente, desde o início do curso, a familiarização com o exercício da docência e da organização e gestão pedagógica, a participação em pesquisas educacionais, as opções de aprofundamento de estudos e a realização de trabalhos que permitam ao



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 20 DE 60

graduando articular, em diferentes oportunidades, ideias e experiências, explicitando reflexões, analisando e interpretando dados, fatos, situações, dialogando com os diferentes autores e teorias estudados. (2005, p. 13).

Nessa dimensão, a Resolução CEPE nº 06/2007 e alterada pela Resolução CEPE nº159/2008, referente à disciplina Prática Articuladora, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, define:

Art. 2º Entende-se por disciplina Articuladora uma das disciplinas de cada série do curso que:

I - Coordene a articulação da prática pedagógica enquanto componente curricular, respeitadas as peculiaridades do curso;

II - Articule conhecimento na série e oportunize espaço de discussão e espaço aberto para entrelaçamento com outras disciplinas da série, bem como com os demais professores que as ministram;

III - Apresente uma integração horizontal com as disciplinas ou núcleos de conhecimento da série e uma integração vertical compreendendo uma sequência lógica e um aprofundamento cada vez maior.

Em consonância com a legislação e com os pressupostos destacados, a Prática Articuladora no curso de Pedagogia será assim constituída, numa perspectiva de unidade teoria-prática:

Pesquisa e Prática Pedagógica I	1º Ano	102 h
Pesquisa e Prática Pedagógica II	2º Ano	102 h
Pesquisa e Prática Pedagógica III	3º Ano	102 h
Seminários de Docência e Gestão	4º Ano	102 h

DELINEAMENTO DA PRÁTICA ARTICULADORA INTRA E INTERSÉRIES

PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA I – 1º ANO

No 1º ano o processo de análise e compreensão do trabalho docente inicia-se com a aproximação do acadêmico com o seu campo de estudo e trabalho, numa perspectiva investigativa. Serão priorizadas a observação e a problematização da Escola/Educação Básica, no sentido de apreender questões sobre sua função e organização. Nesse âmbito, serão direcionados alguns eixos de análise: função social da escola; projeto político-pedagógico; organização do trabalho pedagógico; organização curricular; significado do conhecimento escolar; aspectos estruturais e organizacionais; formação dos profissionais da escola; o entorno escolar; as novas demandas da realidade escolar/social.

Assim, têm-se como objetivos:

- Favorecer a aproximação do aluno com a escola como espaço de exercício profissional e como objeto de estudo/pesquisa.
- Desencadear a problematização da prática educativa escolar, com vistas aos projetos de investigação a serem desenvolvidos durante o curso.
- Promover a análise da prática educativa escolar em suas diferentes dimensões, favorecendo a articulação com os referenciais teóricos e demais disciplinas da série.
- Orientar a compreensão da teoria no contexto da prática pedagógica, nas suas dimensões de docência e gestão.
- Articular as formulações realizadas com a disciplina de Metodologia da Pesquisa, no sentido desta oferecer instrumental para os processos de observação e problematização da prática educativa escolar.



O trabalho proposto na disciplina tem como intuito alavancar um percurso de investigação sobre a prática educativa escolar, orientando a construção do conhecimento sobre a docência e a gestão, num movimento teórico-prático. A construção desse conhecimento inicia-se neste momento do curso e continua na série posterior, articulando-se com a disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica II, num processo crescente de compreensão e sistematização, na interação com a escola.

PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA II – 2º ANO

O objetivo que se busca neste espaço é um trabalho de estudo, reflexão e análise sobre a prática pedagógica na perspectiva da pesquisa e da produção do conhecimento. A partir da problematização realizada na disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica I, no 1º ano, tem-se um mapeamento de questões que exigem novas compreensões e uma postura investigativa no âmbito do curso. Dessa forma, a prática impulsiona alunos e professores a buscarem novos conhecimentos, numa relação com o conhecimento científico abordado nas disciplinas componentes do curso, as quais, como teoria, instrumentalizam, oferecem suporte para a compreensão da prática e contribuem para avanços na educação. Tal movimento se faz num processo de contraste, ora de integração, ora de negação entre atividade teórica e atividade prática, elementos constitutivos da “práxis”, entendida como ação transformadora.

Espera-se, nesse contexto, relacionar as questões já disponíveis sobre a função e organização da escola, articulando-as aos processos de ensinar e aprender na sala de aula, nas suas dimensões filosóficas, sociológicas, culturais, psicológicas, políticas, organizacionais e didáticas.

São objetivos da disciplina:

- Favorecer a aproximação do aluno com a escola/sala de aula – espaço da atividade docente e objeto de pesquisa.
- Estabelecer articulação entre as observações, problematizações e formulações realizadas na disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica I e o cotidiano da sala de aula.
- Criar espaços de articulação entre os conhecimentos das disciplinas componentes do curso (conteúdos teóricos de referência), os processos de ensinar e aprender na escola e as práticas de gestão na perspectiva da pesquisa.
- Desencadear a elaboração do projeto de pesquisa, fase inicial do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Em função dos citados objetivos, os alunos continuarão a sua inserção na Educação Básica, nos segmentos da Educação Infantil e dos Anos Iniciais, aprofundando as problematizações e trazendo à tona temas que constituem a prática pedagógica. O diagnóstico e os estudos realizados na 1ª e na 2ª séries do curso serão balizadores de questões a serem abordadas e vivenciadas nos Estágios na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A perspectiva da pesquisa aponta para a necessidade de um trabalho coletivo entre os professores do curso e as escolas em que se realizará a prática dos alunos. Para tanto, serão realizados seminários integradores, periodicamente, oportunizando a integração entre os professores e a análise multi e interdisciplinar sobre as temáticas emergentes, auxiliando os alunos no exercício de construção do projeto de pesquisa que será elaborado na disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica III.

PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA III - 3º ANO

Numa perspectiva de continuidade da formação profissional é imprescindível manter os vínculos com as problematizações, referenciais teóricos, reflexões e análises realizadas ao longo do curso, garantindo-se o movimento teórico-prático. Dessa maneira, o percurso de formação avança na direção da elaboração do projeto de pesquisa. O objetivo é que haja um avanço no processo de investigação científica, sem perder de vista a compreensão



e a interpretação dos processos de ensinar e aprender na escola e suas relações com os contextos mais amplos.

Assim, a partir da contínua problematização, do debate de situações contextualizadas no estágio e nos demais componentes curriculares, das referências teórico-pedagógicas já incorporadas pelo estudo nas disciplinas anteriores, o acadêmico terá elementos para elaborar o projeto de pesquisa. Nesse enfoque, busca-se também uma relação entre a experiência já vivenciada pelo aluno, dos conhecimentos pedagógicos (conjunto de conhecimentos produzidos pelas ciências da educação) e dos conhecimentos específicos das áreas do ensino, sempre na relação com as necessidades e desafios do trabalho docente.

Nesse contexto será fundamental o contato, o conhecimento e a análise de pesquisas já realizadas em educação, oportunizando ao aluno ampliar seu referencial e repertório sobre a investigação da prática educativa escolar, bem como sobre processos de coleta, análise e tratamento de dados.

Assim, esse conjunto de processos estará em movimento durante a elaboração do projeto de pesquisa, que será desenvolvido efetivamente no 4º ano, incorporando toda uma trajetória construída no contexto do curso.

Têm-se como objetivos:

- Orientar a análise sobre concepções e métodos de pesquisa em educação.
- Orientar e acompanhar os acadêmicos na elaboração do projeto de pesquisa. Possibilitar a leitura, a interpretação e a compreensão dos diferentes enfoques da pesquisa educacional.
- Favorecer a análise de situações contextualizadas na prática educativa escolar, nas dimensões filosóficas, políticas, sociais, culturais, organizacionais, sociológicas, psicológicas, didáticas e metodológicas.
- Compartilhar os estudos e as investigações na área de educação.
- Estimular a produção e a socialização do conhecimento científico em educação.
- Relacionar os estudos aos Estágios de Docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e de Gestão na Educação Básica.

SEMINÁRIOS DE DOCÊNCIA E GESTÃO (4º ANO)

Visando a dar continuidade à articulação delineada desde o início do curso e possibilitando chegar a uma síntese do processo de formação, evidencia-se a necessidade de criar espaços que permitam a análise tanto do trabalho docente quanto do pedagógico. Nesse sentido, a prática articuladora durante o 4º ano do curso criará momentos e espaços de reflexão teórico-prática sobre as relações existentes entre a docência e a gestão educacional.

Para tanto, a perspectiva de articulação ocorrerá através da análise de situações reais existentes na gestão educacional e no trabalho docente nos contextos interno e externo da escola, em diferentes níveis e modalidades da educação básica. Nessa perspectiva, busca-se oferecer ao acadêmico do curso de pedagogia uma visão ampla sobre o exercício profissional dos pedagogos, além de propiciar-lhe subsídios teóricos e práticos para a compreensão das possibilidades e limites da atuação profissional.

Nesse contexto será imprescindível a análise de práticas docentes e de gestão educacional, de forma a aprofundar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso nas diferentes áreas do conhecimento, permitindo aproximações sucessivas da realidade, buscando a compreensão das relações existentes entre docência e gestão educacional em uma perspectiva de constante reconstrução. Dessa forma, a docência e a gestão educacional são entendidas como prática social de intervenção na realidade, tendo em vista sua transformação.

A disciplina tem como objetivos:



- Oferecer subsídios teóricos e práticos para a análise sobre o trabalho docente e a gestão educacional na atualidade.
- Possibilitar a reflexão sobre as possibilidades e os limites da ação gestora e docente face aos atuais encaminhamentos político-educacionais.
- Compartilhar experiências docentes e de gestão educacional, relacionando-as às exigências sociais, políticas e pedagógicas da realidade.
- Estimular a análise da realidade educacional.
- Ampliar as possibilidades de intervenção dos futuros profissionais na realidade escolar e educacional.
- Realizar a articulação entre os fundamentos teóricos e práticos adquiridos ao longo do curso com a atuação profissional dos pedagogos no exercício da docência e da gestão educacional.

Espera-se que a articulação proposta possibilite aos acadêmicos a compreensão sobre as possibilidades e os limites da ação gestora e docente no contexto escolar e educacional.

3.11 Atendimento aos Temas Transversais

Os temas relativos às questões étnico-raciais, direitos humanos e diversidade são tratados em diferentes disciplinas e em especial na disciplina Educação, diversidade e cidadania.

Os temas relativos à educação ambiental são tratados na disciplina Fundamentos Teórico-Methodológicos de Ciências.

A disciplina de Libras é ofertada como obrigatória na organização curricular do curso.

4. AVALIAÇÃO

4.1 Avaliação do Curso

O Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia busca, constantemente, afinar e melhorar os aspectos apontados durante as avaliações institucionais, priorizando a qualidade da formação para a docência na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e para as funções de Gestão na Educação Básica. Para tanto, tem buscado realizar, de modo contínuo, avaliações internas voltadas à geração de reflexões e estudos no coletivo do curso, envolvendo docentes e discentes.

Ao realizar a avaliação do curso, no ano de 2009, junto aos docentes e discentes e, em 2011, junto aos egressos do curso, o Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia, em parceria com a Comissão Própria de Avaliação – CPA – partiu do princípio de que o processo avaliativo não poderia ser compreendido isolado do contexto social em suas articulações e implicações. Daí decorre a compreensão de que é impossível conhecer um curso e, mais especificamente, o currículo deste em ação, sem a participação daqueles que o vivenciam e/ou vivenciaram no processo ensino-aprendizagem – os professores e os alunos.

Os professores detêm um conhecimento que precisa ser socializado para a construção de um novo saber mais democrático, que subsidiará a definição dos objetivos, das atividades, enfim, da organização curricular.

Os alunos detêm o conhecimento do currículo vivenciado e experienciado no cotidiano do curso e podem contribuir significativamente nas discussões no processo de avaliação e reorganização curricular.

Das avaliações externas e internas desenvolvidas emergiram importantes questões apontadas pelos docentes do curso, que também estão subsidiando a presente



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 24 DE 60

reformulação, destacando-se a compreensão sobre os objetivos do curso, fragilidades e potencialidades.

a) Quanto aos objetivos do curso, os docentes indicam que:

- Para a compreensão real da função social da escola, é preciso que se tenha uma base sólida dos fundamentos da educação, como aqueles conhecimentos advindos da História, da Filosofia, da Sociologia, da Psicologia, da Economia Política, da Política Educacional.
- Sem uma base consistente de conhecimento, não é possível se formar um pedagogo/professor que contribua significativamente para a transformação da prática educativa escolar.
- A formação no Curso de Licenciatura em Pedagogia deve pautar-se por um rigoroso trabalho com os fundamentos da educação, que seja capaz de fazer as devidas articulações com a prática pedagógica.
- Faz-se necessária uma formação que dê ênfase na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- É preciso formar pedagogos com visão de totalidade do processo educativo.
- É fundamental que o pedagogo tenha sua formação voltada para a “pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos”, tendo em conta sua fundamentação em “princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética”.
- Formar o profissional com o mais consistente e aprofundado conhecimento teórico, em especial em relação às matrizes e autores mais significativos da educação e áreas afins requer a formação dos acadêmicos que se apropriem dos Fundamentos da Educação, que lhes possibilitem compreender como funciona a sociedade e qual é a contribuição da escola no seu processo de transformação.

b) Quanto às fragilidades, os docentes apontam que:

- Na maioria das vezes, o acadêmico sai do curso sem condições de contribuir significativamente com a educação, especialmente no que diz respeito à atuação em escolas, que é o principal campo de atuação desse profissional.
- Há que se cuidar para não formar profissionais com uma visão fragmentada do processo educativo, sem conseguir realizar os enfrentamentos necessários na realidade. Ou seja, os profissionais não se mostram aptos para intervir criticamente na educação de forma geral e, em específico, na escola (principalmente na pública).
- A formação profissional está fragmentada porque há muitas disciplinas com pouca carga horária e que não enfocam os aspectos fundamentais da formação do Pedagogo.
- A formação do professor de Educação Infantil e dos Anos Iniciais está deficitária, pois falta carga horária para as disciplinas específicas e também há que se repensar as propostas de trabalho.
- É preciso definir que tipo de profissional formar. Isso pode ser evidenciado na distribuição da carga horária das disciplinas, bem como no momento em que elas são oferecidas.
- Há uma carga horária excessiva em algumas disciplinas e reduzida em outras.
- A principal fragilidade reside na fragmentação das disciplinas, pois ainda se trabalha com um rol de gavetas e com pouca articulação entre conhecimentos imprescindíveis à formação do profissional da educação.
- As disciplinas não estão conectadas de forma a garantir a unidade no processo de formação, pois se percebe que os programas das disciplinas ainda não estão estruturados no sentido de trazer diferentes abordagens sobre os conhecimentos e, especialmente, garantindo aos acadêmicos que percebam as relações existentes entre os diferentes conceitos e concepções que são desenvolvidos nas diferentes disciplinas.
- Falta articulação entre as disciplinas de fundamentos e das primeiras séries do curso com as disciplinas da terceira e quarta série.



- Faz-se necessário refletir sobre os encaminhamentos teórico-metodológicos do estágio e o tempo necessário para o planejamento, intervenção, reflexão e avaliação.

c) Quanto às potencialidades, os docentes indicaram:

- A possibilidade de os alunos trabalharem com a pesquisa na área da educação desde o início até o final do curso de Pedagogia.
- O trabalho desenvolvido na disciplina de Prática Pedagógica referente à problematização e à teorização sobre o cotidiano escolar.
- A proposta das disciplinas articuladoras, ao longo do curso, são possibilidades para o desenvolvimento de uma compreensão mais ampla da escola e do processo educativo. O que se percebe, especialmente, no quarto ano do curso é que esta disciplina tem sido referência para as alunas, seja no discurso, no estágio e/ou no TCC.
- A grade curricular é rica em disciplinas que propiciam o aluno discutir a prática pedagógica. Isso gera um grande potencial para o processo formativo, mas é preciso que as disciplinas estejam bastante articuladas aos Núcleos e Grupos de Pesquisa em educação, bem como ao programa de pós-graduação stricto sensu.
- O TCC que vem propiciando um movimento de aprofundamento teórico entre os alunos e de exercício da escrita/redação acadêmica.
- A participação dos alunos nos grupos de pesquisa dos professores do curso.

A avaliação realizada junto aos egressos, no ano de 2011, foi outro momento significativo para analisar e repensar o curso. Há também que se considerar o feedback do egresso da graduação em relação ao ensino ofertado pela instituição para a proposição das mudanças nos currículos, nos processos de ensino-aprendizagem, na gestão universitária e para averiguar a trajetória profissional e acadêmica após a conclusão do curso, pois o egresso pode constituir-se como um indicador de avaliação institucional e uma referência para a avaliação da qualidade acadêmica da instituição.

Assim, as dimensões avaliadas foram: perfil do egresso, formação na graduação, atuação profissional e qualificação dos egressos em nível de pós-graduação². Os dados coletados a partir das avaliações dos acadêmicos, em 2009, e dos egressos, em 2011, foram muito semelhantes e organizados pelo colegiado em torno das seguintes dimensões: forças, potencialidades e fragilidades.

Desenvolvimento Curricular:

Forças e potencialidades

- Disciplinas que fazem perceber a importância do trabalho diversificado na escola e o entendimento das fases de desenvolvimento da criança.
- Disciplinas Articuladoras.
- Intervenções na prática/escola desde o 1º ano do curso.
- Incentivo para o desenvolvimento de pesquisas.
- A docência, a gestão e a pesquisa como base da formação e identidade profissional.
- Ênfase na prática de sala de aula.
- Integração entre conteúdos.
- Avaliações diferenciadas.
- Disciplinas relevantes para a formação são apresentadas numa sequência e se complementam, conforme objetivos do curso.
- Formação acadêmica excelente.
- O currículo abrange várias áreas de atuação, o que é de extrema importância.
- Organização melhor do que a anterior. Muitos aspectos foram melhorados.
- O currículo é extenso, mas de fácil aprendizado.

² Os dados completos referentes à Avaliação do Curso de Pedagogia – base de dados 2009, bem como a Avaliação dos Egressos do Curso de Pedagogia encontram-se nos respectivos relatórios, disponíveis no site <http://www.uepg.br/cpa/pdf/Relatorios%202010/Licenciatura%20em%20Pedagogia.pdf>



Fragilidades

- O curso deveria possibilitar mais contato com o ambiente escolar.
- É preciso um pouco mais de esforço de professores e acadêmicos.
- Existem disciplinas e conteúdos que não são muito interessantes para a formação.
- Na área de Gestão, deveria ter a disciplina de Economia.
- Para compreender a complexidade da escola, deveriam ser ofertadas as disciplinas de Neurologia e Biologia.

Relação Teoria-Prática:

Forças e Potencialidades

- As disciplinas de estágio e metodologias relacionam teoria e prática.
- O estágio permite o conhecimento da realidade da futura profissão.
- As observações e as vivências desde o 1º ano do curso ajudam a unir a teoria aprendida com a prática.
- As disciplinas articuladas com o estágio contribuem para a docência.
- Algumas disciplinas se entrelaçam, o que é importante para a articulação das ideias.
- Ocorrem algumas propostas de aproximação da teoria com a prática, com a organização de um laboratório específico (no caso, o Lалуpe).
- A disciplina articuladora possibilita um olhar teórico-prático no âmbito educacional.
- A discussão sobre a Gestão Educacional na escola.

Fragilidades

- Necessidade de melhor visualização da realidade escolar com respeito à prática pedagógica.
- Falta de conhecimentos práticos dos professores.
- Distanciamento entre a prática apregoada no curso e os métodos pedagógicos utilizados pelos professores na escola.
- Muita teoria e pouca prática.
- Falta conexão do Curso com a realidade escolar.
- O curso deve oferecer mais espaços para a prática, pois não há muito preparo para enfrentar a sala de aula.
- Os conteúdos abordados perdem significado pela falta de relação direta com a realidade.
- As observações realizadas, sem o auxílio dos professores, tornam-se sem fundamento.
- Faz-se necessária uma carga horária maior para as disciplinas relacionadas à carreira e atuação do professor em sala de aula.

Organização Curricular:

Forças e potencialidades

- Conhecimento da realidade escolar desde o início do curso.
- Disciplinas que aliam teoria e prática.
- As disciplinas de Pesquisa, Prática Pedagógica, Didática, Psicologia, Gestão.
- O currículo tem visado um processo de formação mais crítico e emancipatório.
- Currículo abrangente: formação para a Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.
- Relação entre os professores para interligar os conteúdos.
- Palestras complementares e simpósios.
- Horas extracurriculares.
- Possibilidade de aliar teoria à prática: noção de vivência em sala de aula;
- Visão do campo educacional como um todo.
- Formação voltada para o nível micro e macro da escola.
- A organização curricular abre um leque de possibilidades de atuação profissional.

Fragilidades

- O curso ainda é fragmentado.



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 27 DE 60

- Ainda existe divisão dos conteúdos, as disciplinas não são bem articuladas entre si. Se bem conduzidas poderiam se tornar riquíssimas, pois cada disciplina tem seus atributos.
- Perda de tempo com textos e questionários trabalhados de modo superficial, sem explicação dos professores.
- Sobrecarga de disciplinas teóricas nos 1ºs anos e práticas nos últimos.
- Os estágios precisam ser reorganizados.
- Não se considera a realidade do aluno – o currículo é estruturado levando em consideração que o acadêmico já possui embasamento teórico.
- Professores não compreendem o fato de que muitos alunos não fizeram magistério.
- Muitas propostas não se efetivam na prática.
- Falta de comunicação entre os professores, descontinuidade das disciplinas.
- Fragmentação entre as disciplinas.
- A formação para diferentes segmentos prejudica a formação específica.
- O curso não traz uma base teórica sólida para os alunos oriundos de nível médio.
- Muitas vezes, os mesmos conteúdos são abordados em diferentes disciplinas.
- Pouco tempo para algumas disciplinas e conteúdos.
- É preciso rever a estrutura e os encaminhamentos da disciplina Cidadania e Sociedade.
- As disciplinas não presenciais precisam ser revistas.

Cabe destacar que os dados da avaliação acima elencados foram discutidos em diferentes momentos com os professores e acadêmicos do curso (2010, 2011, 2012) e têm subsidiado os estudos e as discussões em torno da reformulação curricular.

Avaliação externa

Os dados referentes ao ENADE 2017 organizados pelo INEP permitem verificar os bons resultados da avaliação do curso de licenciatura em Pedagogia em comparação com os cursos do Brasil e da região. O conhecimento do relatório é importante para o processo de reformulação curricular, pois

[...] o INEP ratifica que os dados, relativos aos resultados da prova e à opinião dos estudantes, podem ser úteis para orientar as ações pedagógicas e administrativas da IES e do Curso, uma vez que constituem importantes referências para o conhecimento da realidade institucional e para a permanente busca da melhoria da qualidade da graduação, aspectos que evidenciam o caráter integrativo inerente à avaliação. (INEP, 2018)

Pode-se observar que no Componente de Formação Geral, a nota média dos concluintes no curso de Licenciatura em Pedagogia na UEPG foi 56,0, enquanto a média no Paraná foi de 47,3, na Região Sul foi de 47,0 e no Brasil a média foi 47,4.

Os dados dos respondentes do ENADE 2017 apresentam semelhanças em relação ao perfil traçado dos estudantes do ano de 2019. Assim: 87,4% se declara branca. Renda familiar entre 1,5 e 5 salários mínimos – 62,5%. Um percentual de 38,8 % tem renda, mas recebe ajuda da família ou de outras pessoas para financiar seus gastos, 25% tem renda e contribui com o sustento da família.

Outros aspectos a considerar são: 75% realizou todo o ensino médio em escola pública; 55,6% não ingressou por sistema de cotas; 41,7 % ingressou por cota de estudante de escola pública e 1,4% por cota étnico-racial.

Em relação aos temas relacionados à percepção do estudante sobre os recursos físicos e pedagógicos do Curso e à qualidade do ensino oferecido responderam:

- As disciplinas cursadas contribuíram para sua formação integral, como cidadão e profissional. 47,2% concordaram totalmente com esta afirmação; 36,1% concordaram e 11,1% concordaram parcialmente.



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 28 DE 60

- O curso contribuiu para o desenvolvimento da sua consciência ética para o exercício profissional. 69,4% concordaram totalmente com esta afirmação; 22,2% concordaram e 5,6% concordaram parcialmente.

- Os planos de ensino apresentados pelos professores contribuíram para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e para seus estudos. 33,3% concordaram totalmente com esta afirmação; 38,9% concordaram e 18,1 concordaram parcialmente.

- O curso favoreceu a articulação do conhecimento teórico com atividades práticas. 50% concordaram totalmente com a afirmação; 33,3% concordaram e 9,7% concordaram parcialmente.

- Os professores demonstram domínio dos conteúdos abordados nas disciplinas. 40,3% concorda plenamente com a afirmação; 37,5% concordam e 19,3% concordam parcialmente.

- As condições de infraestrutura das salas de aula foram adequadas. 25% discorda parcialmente da afirmação. 15,3% discorda da afirmação.

- Os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas foram adequadas para a quantidade de estudantes. 22,2% concorda parcialmente e e 19% discorda parcialmente.

Os aspectos de infraestrutura e de equipamentos e materiais são os aspectos nos quais os respondentes apresentam maior descontentamento.

A biblioteca dispôs das referências bibliográficas que os estudantes necessitaram. 32,4% concorda plenamente com a afirmação e outros 32,4 concordam.

Em relação a avaliação externa o curso obteve conceito 5 no ENADE 2021.

4.2 Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar aprovado pela Instituição

O Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do curso de Licenciatura em Pedagogia será o sistema aprovado pela Instituição a partir da Resolução UNIV n. 12/2017.

RESOLUCAO UNIV N. 012, DE 22 DE JUNHO DE 2017.

Altera o Regimento Geral da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no que se refere a Operacionalização da Avaliação do Rendimento Escolar.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, na reunião do dia 22 de junho de 2017, considerando o artigo 13, VI do Estatuto da Universidade Estadual de Ponta Grossa; o Parecer CEPE n. 015/2017 e a Decisão do Plenário do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do dia 25 de abril de 2017; e, considerando mais, os termos do expediente autuado no Protocolo Geral da Universidade Estadual de Ponta Grossa onde se consubstanciou no Processo n. 14.287/2015, aprovou e eu, Reitor, sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica alterado o Regimento Geral da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, em seu Título VI, Capítulo IV, Seção III – Da Operacionalização da Avaliação do Rendimento Escolar, Art. 60, §§ 4º. e 5º., conforme segue:

Art. 60. [...]

§ 4º. A nota mínima para aprovação com exame final deverá ser igual a seis (6,0) [...]

Art. 63-A. [...]

§ 6º. Deverá prestar exame final na disciplina, o acadêmico que obtiver nota entre quatro (4,0) e seis e nove (6,9), obtida pela média aritmética simples das duas verificações.

[...]

Art. 63-B. [...] § 1º. [...]

I - [...]



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 29 DE 60

b) nota final inferior a quatro (4,0) = REPROVAÇÃO DIRETA;
c) nota final de quatro (4,0) a seis e nove (6,9) = submissão a EXAME
II – [...]

a) nota final de seis (6,0) a sete e nove (7,9) = APROVADO;
b) nota final de dois e seis (2,6) a cinco e nove (5,9) = REPROVADO.

Art. 63-C. [...]

§ 2º. Será aprovado na disciplina o acadêmico que obtiver média igual ou superior a sete (7,0) ou nota igual ou superior a seis (6,0), após a realização do exame final.

Art. 63-D. [...]

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

5.1 Disciplinas Integrantes do Currículo Pleno

O critério para a organização das disciplinas integrantes do currículo pleno foi definido a partir dos eixos curriculares explicitados nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CP nº1, de 15 de maio de 2006).

5.2 - Disciplinas de Formação Básica Geral

Nº DE ORDEM	ÁREA DE CONHECIMENTO	CÓDIGO DEPART.	série	ANUAL	DISCIPLINAS	CH total	CH extensão
01	Educação	501	1ª	X	História da Educação	68	
		501	2ª	X	História da Educação Brasileira	102	
		501	1ª	X	Filosofia da Educação I	102	
		501	2ª	X	Filosofia da Educação II	68	
		501	1ª	X	Psicologia da Educação I	68	
		501	2ª	X	Psicologia da Educação II	68	11h
		501	3ª	X	Psicologia da Educação III	68	
		501	1ª	X	Sociologia da Educação I	68	
		501	2ª	X	Sociologia da Educação II	68	
		501	4ª	X	Educação em espaços não-formais	68	
		505	4ª	X	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	68	
		501	4ª	X	Trabalho e Educação	68	
02	Ensino e Pesquisa	509	1ª	X	Metodologia de Pesquisa em Educação	68	
		501	1ª	X	Educação, diversidade e cidadania	68	
03	Tecnologia	509	1ª	X	Tecnologia de Informação e Comunicação	68	
Subtotal de horas						1088	11h

5.3 - DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA PROFISSIONAL



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 30 DE 60

Nº DE ORDEM	ÁREA DE CONHECIMENTO	CÓDIGO DEPARTº	série	ANUAL	DISCIPLINA	C/H total	CH extensão
01	Ensino	509	2ª	X	Alfabetização e Letramento	68	
		509	3ª	X	Fund. Teóricos Met. da Língua Portuguesa	102	11h
		509	3ª	X	Fund. Teóricos Met. da Matemática	102	11h
		509	3ª	X	Fund. Teóricos Met. da História	68	
		509	3ª	X	Fund. Teóricos Met. Da Geografia	68	
		509	3ª	X	Fund. Teóricos Met. das Ciências Naturais	68	
		509	1ª	X	Ludicidade, Corporeidade e Arte	68	
		509	1ª	X	Didática I	68	
		509	2ª	X	Didática II	68	
		509	4ª	X	Planejamento e Avaliação	68	
02	Educação	501	3ª	X	Educação e Currículo	68	
		501	4ª	X	Educação Inclusiva	68	
		501	2ª	X	Política e Organização da Educação Brasileira	102	
		501	2ª	X	Fundamentos Teóricos da Educação Infantil	102	11h
03	Gestão Educacional	509	1ª	X	Gestão Educacional I	68	
		509	2ª	X	Gestão Educacional II	68	
04	Pesquisa em Educação	509	4ª	X	Orientação ao Trabalho de Conclusão de Curso (OTCC)	34	
TOTAL HORAS						1258	33h

5.4 - DISCIPLINAS DE DIVERSIFICAÇÃO E APROFUNDAMENTO

Nº DE ORDEM	ÁREA DE CONHECIMENTO	CÓDIGO DEPARTº	série	ANUAL	DISCIPLINAS	C/H	CH extensão
	Educação	501	4ª	X	Antropologia e Educação	68	
		501	4ª	X	Educação de Jovens e Adultos	68	
		501	4ª	X	Psicologia da Adolescência	68	
		501	4ª	X	Processos de Aprendizagem e Dificuldades Escolares	68	
		501	4ª	X	Sexualidade Humana e Educação	68	
		501	4ª	X	Direito Educacional	68	



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 31 DE 60

		506	4ª	X	Leitura e Produção de Texto no Contexto Acadêmico	68	
		509	4ª	X	Violências e Indisciplina na Escola	68	
		509	4ª	X	Práticas Educativas do/no Campo	68	
		509	4ª	X	Financiamento da Educação	68	
		501	4ª	X	Atividades Extensionistas I	102	102
		509	4ª	X	Atividades Extensionistas II	102	102
Total em horas a serem cursadas						136	102

5.5 - Estágio Curricular Supervisionado

Resolução CEPE n. 46/2013

5.5.1 Carga Horária

Nº DE ORDEM	ÁREA DE CONHECIMENTO	CÓDIGO DEPARTº	série	ANUAL	DISCIPLINAS	C/H
01	Estágio Curricular Supervisionado	509	3ª	X	Estágio Curricular Supervisionado em Docência na Educação Infantil	102
		509	4ª	X	Estágio Curricular Supervisionado em Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	102
		509	3ª	X	Estágio Curricular Supervisionado em Gestão na Educação Básica I	102
		509	4ª	X	Estágio Curricular Supervisionado em Gestão na Educação Básica II	102
Total horas						408

5.5.2 Modalidade:

Disciplina de Estágio	C.H. Sem.		Modalidade de Estágio		
	T	P	Direto	Semi Direto	Indireto
Estágio Curricular Supervisionado em Docência na Educação Infantil	51	51		X	
Estágio Curricular Supervisionado em Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	51	51		X	
Estágio Curricular em Gestão na Educação Básica I	51	51		X	
Estágio Curricular em Gestão na Educação Básica II	51	51		X	

5.5.3 Carga Horária de Supervisão de Estágio:



ANO	CURRÍCULO VIGENTE	NOVO CURRÍCULO
2023	76,5	76,5

05 alunos x 0,5 = 52,5 mais h/a 24 = *Ano de implantação do novo currículo

5.6 - Prática como Componente Curricular

DISCIPLINAS ARTICULADORAS			Série	Anual	DISCIPLINA	CH	CH extensão
1	Prática de Ensino	509	1ª	X	Pesquisa e Prática Pedagógica I	102	51
		509	2ª	X	Pesquisa e Prática Pedagógica II	102	51
		509	3ª	X	Pesquisa e Prática Pedagógica III	102	51
2	Prática de Ensino e Gestão Educacional	509	4ª	X	Seminário de Docência e Gestão na Educação Básica	102	51
Sub total horas						408	204

5.7 Extensão como Componente Curricular

5.7.1 Disciplinas:

ÁREAS DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	% Ext	CH
Prática de Ensino	509	Pesquisa e Prática Pedagógica I	1ª	anual	50%	102
	509	Pesquisa e Prática Pedagógica II	2ª	anual	50%	102
	509	Pesquisa e Prática Pedagógica III	3ª	anual	50%	102
Educação	501	Fundamentos Teóricos da Educação Infantil	2ª	anual	11%	102
	501	Psicologia da Educação II	2ª	anual	11%	102
Ensino	509	Fund. Teóricos Met. da Língua Portuguesa	3ª	anual	11%	102
	509	Fund. Teóricos Met. da Matemática	3ª	anual	11%	102
Prática de Ensino e Gestão Educacional	509	Seminário de Docência e Gestão na Educação Básica	4ª	anual	50%	102
Diversificação e aprofundamento	501	Atividades Extensionistas I	4ª	anual	100%	102
	509	Atividades Extensionistas II	4ª	anual	100%	102

5.7.2 Outras atividades curriculares de Extensão

CARGA HORÁRIA EM ATIVIDADES DE EXTENSÃO DIVERSAS (NÃO CODIFICADAS NO CURSO)	---
CARGA HORÁRIA TOTAL DA EXTENSÃO	350
PORCENTAGEM DE CH DE EXTENSÃO EM RELAÇÃO À CH TOTAL DO CURSO	10(%)*



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 33 DE 60

* Mínimo de 10% da CH Total do Curso conforme Res. CNE/CES 7/2018

5.8 Disciplinas na Modalidade de Educação a Distância

5.8.1 Disciplinas:

CÓDIGO/ DEPART.	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA	CARGA HORÁRIA TOTAL	
			PRESENCIAL	A DISTÂNCIA
509	Tecnologia de Informação e Comunicação	68		X
501	Processos de Aprendizagem e Dificuldades Escolares	68		X
501	Educação, diversidade e cidadania	68		X

5.8.2 Carga Horária:

CARGA HORÁRIA TOTAL EAD	204
PORCENTAGEM DE CARGA HORÁRIA EAD EM RELAÇÃO À CH TOTAL DO CURSO	5,8(%)*

*máximo de 20% em relação à CH Total do curso (cf. art. 19, Res. UNIV 11/2017)

5.9 Disciplinas com Aulas Práticas, Experimentais e/ou Laboratoriais

Não se aplica

5.10 Atividades Complementares ou Acadêmico Científico-Culturais

As atividades complementares são aquelas que, garantindo-se relação de conteúdo e forma, se constituem em instrumentos válidos para o aprimoramento na formação básica e profissional. Têm como principal objetivo o estímulo à prática de estudos independentes, transversais, opcionais, que permitam a permanente e contextualizada atualização profissional. Essas atividades estão vinculadas a três grupos: atividades de pesquisa, atividades de extensão e atividades de ensino.

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O/A acadêmico (a) do Curso de Licenciatura em Pedagogia (presencial ou à distância) deverá cumprir 200 (duzentas horas) no mínimo, de atividades que complementem sua formação profissional.

As atividades complementares poderão estar vinculadas a três grupos: atividades de pesquisa, atividades de extensão e atividades de ensino. Especificação das atividades complementares:

GRUPO I – PESQUISA

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA
1. Participação em Projeto de Iniciação Científica orientado por professor do Curso, como bolsista remunerado ou voluntário.	20 horas por ano de participação



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 34 DE 60

2. Apresentação de trabalhos em eventos como: congresso, seminário, simpósio, jornada.	20 horas por evento
3. Participação regular em grupos de estudos coordenados por professores da UEPG	10 horas para cada semestre cursado
4. Publicação de livro, capítulo de livro, artigo, resenha ou resumo em anais, na área da educação.	50 horas para livro; 40 horas para capítulo de livro ou artigo em revista indexada; 30 horas para publicação em revista não indexada; 20 horas para resenha; 10 horas para resumos em ANAIS.

GRUPO II – EXTENSÃO (devem ser cumpridas obrigatoriamente 112 horas neste grupo)

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA
1. Participação em projeto ou programa de extensão universitária vinculado à UEPG como bolsista remunerado ou voluntário	0,5 pontos para cada hora de participação
2. Apresentação de trabalhos em eventos como: congresso, seminário, simpósio, jornada.	20 horas por ano de participação
3. Participação em cursos, congressos, seminários, jornadas e outros eventos de extensão.	10 horas para cada evento
4. Participação como membro na organização de eventos institucionais	10 horas para cada evento
5. Atividades de representação estudantil em mandatos específicos	10 horas por mandato

GRUPO III - ENSINO

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA
1. Atividades de monitoria no PROTUDI (Programa de Tutoria Discente)	01 ponto para cada hora de participação
2. Participação no PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) no âmbito da UEPG	20 horas por semestre
3. Atividades desenvolvidas com bolsa PET (Programa Especial de Treinamento) no âmbito da UEPG	20 horas por semestre
4. Estágio não obrigatório em instituições educacionais de acordo com normas vigentes da UEPG	20 horas para cada ano de estágio



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 35 DE 60

5. Estágio não obrigatório de caráter administrativo, em Instituições educacionais de acordo com as normas vigentes daUEPG.	10 horas para cada ano de estágio
5. Disciplinas eletivas que não compõem a grade curricular do curso de Pedagogia	10 horas para cada disciplina de no mínimo 68 horas
6. Disciplinas de diversificação ou aprofundamento quando excedentes ao número de créditos exigidos pelo PPP do Curso de Pedagogia	10 horas para cada disciplina de no máximo 68 horas
7. Curso de Língua estrangeira realizado em instituição credenciada	5 horas por semestre cursado
8. Atividades de Monitoria em Disciplinas e/ou laboratórios.	30 horas para cada semestre

5.11 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é um requisito essencial e obrigatório para a obtenção do diploma. Constitui-se em uma atividade acadêmica de pesquisa e sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente à profissão, ao curso de graduação e à realidade social em suas diferentes expressões, desenvolvida mediante controle, orientação e avaliação docente. Será efetuado em disciplina obrigatória, denominada Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso – OTCC, com a carga horária de 34 (trinta e quatro) horas, a ser desenvolvida durante o último ano letivo do curso.

5.11.1 Carga Horária Supervisão do TCC:

ANO	CURRÍCULO VIGENTE	NOVO CURRÍCULO
*2023	3570	3570
2024	3570	3570
2025	3570	3570
2026	3570	3570

*Ano de implantação do novo currículo

6. ATENDIMENTO A LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS

LEGISLAÇÃO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Decreto nº 5622/ 2005, que inclui Libras como disciplina curricular	Libras Educação Inclusiva	68
Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.		68
Resolução CNE/CP nº1/ 2012, que estabelece as diretrizes nacionais para a educação em Direitos Humanos	Educação, Cidadania e Sociedade	68
Resolução CNE/ CP nº1/ 2014 que trata das relações étnico-raciais		
Decreto nº 4281/ 2002, que regulamenta a Lei nº 9795/1999, que institui a política nacional de educação ambiental	Fundamentos Teóricos e Met. das Ciências Naturais	68

7. EMENTAS E BIBLIOGRAFIA BÁSICA



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 36 DE 60

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 68 horas

EMENTA: Antropologia contemporânea e suas relações com a educação. A construção do conceito de cultura a partir do estudo das diferentes abordagens antropológicas. Identidade social e cultural, família e educação em diferentes contextos culturais. Educação como mecanismo de reprodução cultural. Universos simbólicos. A diversidade dos saberes e suas formas de transmissão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. LTC, 1989.
LAPLATINE, Francois. **Aprender antropologia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2007.
MARCONI, Marina de Andrade. **Antropologia: uma introdução**. 7.ed. São Paulo-SP: Atlas, 2010.
WULF, Christoph. **Antropologia da educação**. 1. ed. São Paulo: Alínea, 2005.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

CARGA HORÁRIA: 68 horas

EMENTA: Trajetória histórica e política da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. Legislação Educacional que regulamenta a EJA. Proposta curricular para a EJA e suas várias dimensões. As metodologias do trabalho docente para a EJA. A formação de educadores para a EJA. O processo de avaliação da aprendizagem na EJA.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Orgs.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.
PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1983.
PINTO, A. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. 5.ed. São Paulo: Autores Associados, 1987.
SCHWARTZ, S. **Alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática**. Petrópolis: Vozes, 2010.

EDUCAÇÃO E CURRÍCULO

CARGA HORÁRIA: 68 horas

EMENTA: Conceituações de currículo. Teorias de currículo. Fundamentos das perspectivas universalista e multicultural de currículo. Alternativas para a construção do currículo. A produção do currículo nas propostas oficiais e no contexto da prática. Análise de propostas curriculares da Educação Básica. O papel da gestão educacional, da gestão escolar e dos professores no processo de objetivação do currículo. Questões teórico-práticas do currículo na atualidade. As relações entre currículo, metodologia e avaliação. Currículo e diversidade cultural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIMENO SACRISTÁN, J. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2005.
_____. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.
MOREIRA, A. F. B. **Currículos e programas no Brasil**. Campinas: Papyrus, 1990.



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 37 DE 60

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E CIDADANIA

CARGA HORÁRIA: 68 horas

EMENTA: Introdução aos fundamentos que permitem a compreensão da noção de diversidade e cidadania como expressão da prática social. A diversidade como constituinte da condição humana. Diversidade e Direitos Humanos. Introdução sobre a teoria e prática que envolve a educação ambiental, gênero e a diversidade sexual. A diversidade étnico-racial com ênfase nas histórias e culturas dos povos indígenas e africanos. A diversidade social e as desigualdades econômicas. Drogas. A educação escolar como catalisadora e expressão das diversidades. A drogadição e suas implicações nas ações sócio-educativas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAVALIERI, A. L. F.; EGYPTO, A. C. **Drogas e prevenções**: a cena e a reflexão. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DIAS, G. F.. **Educação ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 1993.

MARLATT, B. C. **Drogas mitos e verdades**. 10 ed. São Paulo: Ática, 2005.

RAMOS, M. N. et al. (Orgs.). **Diversidade na educação**: reflexões e experiências. Brasília: MEC, p.129-137, 2003.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS

CARGA HORÁRIA: 68 horas

EMENTA: Histórico da Educação não formal no Brasil, na América Latina e na Europa. Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação não formal. O campo de atuação e as demandas da educação não formal no Brasil. O papel e o perfil do Educador Social. Análise da educação em contextos diversificados: ONGs, Hospitais, Instituições de atendimento de medidas sócio-educativas, Empresas, Abrigos, Projetos Sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. SP: Paz e Terra, 1987.

GOHN, M. G. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. SP: Cortez, 2010.

ROMANS, M.; PETRUS, A.; TRILLA, J. **Profissão**: educador social. Porto Alegre: Art- Med, 2003.

SOUZA NETO, J. C.; SILVA, R; MOURA, R. **Pedagogia social**. SP: Expressão e Arte Editora, 2009.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

CARGA HORÁRIA: 68 horas

EMENTA: Abordagem histórica sobre a participação social das pessoas com deficiência. Os paradigmas da integração e da inclusão social e escolar. Marcos político-legais da inclusão. O atendimento educacional especializado e a educação inclusiva. Acessibilidade e Tecnologia Assistida (TA). O profissional pedagogo no processo de inclusão escolar. A família e a comunidade diante das demandas da inclusão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARANTES, V. A. (Org.). **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. 3. ed. São Paulo: Summus, 2006.



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 38 DE 60

BARTALOTTI, C. C. **Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade?** São Paulo: Paulus, 2006.

MANTOAN, M. T. E. (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MENDES, E. G.; ALMIDA, M. A.; HAYASHI, M. C. P. (Orgs.). **Temas em educação especial: conhecimentos para fundamentar a prática.** Araraquara: Junqueira & Marin; Brasília, DF: CAPES, PROESP, 2008.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO I

CARGA HORÁRIA: 102 horas

EMENTA: Características e especificidades da Filosofia e suas diferenças em relação a outros modos de conhecer a realidade, tais como: o mito, o senso comum e a ciência. A Filosofia da Educação na história da Filosofia. Influências das estruturas sociais da Antiguidade Clássica e do Período Medieval no processo de organização dos fenômenos educativos. A relação entre a concepção de mundo produzida na Modernidade e o fenômeno educativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARISTÓTELES. **Política.** 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

COMÊNIO. **Didáctica magna.** 5.ed. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

MARCONDES, D. **Textos básicos de filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou da educação.** São Paulo: Martins Editora, 2004.

TOMÁS DE AQUINO. **Suma teológica.** 2.ed. Caxias do Sul: Livraria Sulina Editora, 1980.

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO II

CARGA HORÁRIA: 68 horas

EMENTA: A Modernidade e a educação. O debate filosófico entre Modernidade e Pós-Modernidade. A relação entre os fundamentos filosóficos e as principais teorias pedagógicas (desde a Modernidade até a Contemporaneidade) que influenciam a prática educativa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** 11. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna.** 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** 36. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SUCHODOLSKI, B. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas: a pedagogia da essência e a pedagogia da existência.** 4. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1992.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 102 horas

(carga horária de 11 h em atividades de extensão)

EMENTA: Educação Infantil: aspectos históricos, políticos e legais. Concepções de infância e criança. A indissociabilidade do educar e cuidar, as especificidades da creche e da pré-escola. Concepções teóricas que fundamentam a organização dos tempos e espaços nas instituições de Educação Infantil. O papel do jogo, do brinquedo e do desenho no desenvolvimento da criança. Desenvolvimento da linguagem e aquisição da linguagem



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 39 DE 60

escrita. O currículo e a avaliação na Educação Infantil. A formação do educador para atuar na primeira etapa da Educação Básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARIÈS Philippe **História social da criança e da família**. São Paulo: Editora LTC, 1981.
CORSINO, Patrícia (Org.). **Educação Infantil: cotidiano e políticas**. Campinas-SP Autores associados, 2009.
CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.
OLIVEIRA, F. J.; KASHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A. (Orgs.). **Pedagogia da infância: dialogando com o passado construindo o futuro**. Porto alegre: Artmed, 2007.
SARMENTO, M.; GOUVEA, M. C. S. (Orgs.). **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 68 horas

EMENTA: História e História da Educação. A educação nos contextos da Antiguidade Clássica, dos Períodos Medieval, Moderno e Contemporâneo, enfatizando abordagens das temáticas relacionadas às ideias educativas e/ou pedagógicas e a organização das instituições de ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARIÈS, P.; DUBY, G. **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.
MANACORDA, M. A. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 2010.
OLIVEIRA, T. (Org.). **História e historiografia da educação nos clássicos: estudos sobre antiguidade e medievo**. Dourados: UEMS, 2010.
SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. **História e história da educação**. Campinas: Autores Associados, 2000.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

CARGA HORÁRIA: 102 horas

EMENTA: História e Historiografia da Educação Brasileira. A educação nos diferentes contextos da História do Brasil e Paraná (séculos XVI-XXI), privilegiando discussões dos variados temas e problemas referentes à história das ideias educativas e/ou pedagógicas e aos modelos e/ou projetos educacionais escolares e não-escolares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil (séculos XVI-XVIII)**. Petrópolis: Vozes, 2004.
_____. **Histórias e memórias da educação no Brasil (século XIX)**. Petrópolis: Vozes, 2005.
_____. **Histórias e memórias da educação no Brasil (século XX)**. Petrópolis: Vozes, 2009.
SAVIANI, Dermeval (Org.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007.
VEIGA, C. G.; LIMA E FONSECA, T. N. (Orgs.). **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 40 DE 60

POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

CARGA HORÁRIA: 102 HORAS

EMENTA: Estudo do sistema educacional brasileiro, de seus aspectos organizacionais, de suas políticas e das variáveis intervenientes na gestão da Educação Básica. Análise teórico-prática da legislação vigente, aplicada à organização dos Sistemas e das Instituições Escolares em seus aspectos políticos, administrativos, pedagógicos e financeiros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- AZEVEDO, J. L. **A educação como política pública**. 2 ed. amp. Campinas: Autores Associados, 2001. Coleção Polêmica do Nosso Tempo.
- DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (Orgs.). **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.
- VIEIRA, S. L.; FREITAS, I. M. S. **Política educacional no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2003.
- FÁVERO, O. **A educação nas constituições brasileiras (1823-1988)**. São Paulo: Autores Associados, 1996.
- SAVIANI, D. **A nova Lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas. São Paulo: Autores Associados, 1997.

PROCESSOS DE APRENDIZAGEM E DIFICULDADES ESCOLARES

CARGA HORÁRIA: 68 horas

EMENTA: Contribuições da psicopedagogia e das neurociências para compreensão dos processos de aprendizagem. Dimensões do processo de aprendizagem: social, pedagógica, psicológica e orgânica. Problemas, dificuldades e transtornos de aprendizagem. Medicalização do fracasso escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BOSSA, A N. **Dificuldades de aprendizagem: o que são? Como tratá-las?** Porto Alegre. Artmed, 2000.
- ROTTA N. T., OHLWEILER L.; RIESGO, RS (Ed.). **Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed. 2005.
- SCOZ, Beatriz. **Psicopedagogia e realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- STERNBERG, R. J.; GRUGORENKO, E. L. **Crianças rotuladas**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- TOPCZEWSKI, A. **Aprendizado e suas dificuldades: como lidar?**. São Paulo: Casado Psicólogo, 2000.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I

CARGA HORÁRIA: 68 horas

EMENTA: A Psicologia e a Psicologia da Educação. Principais enfoques teóricos da Psicologia da Educação e suas implicações educacionais: análise do comportamento, epistemologia genética, psicologia histórico cultural e psicologia genética Walloniana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BOCK, A. M. B. et. al. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1997.
- CARRARA, K. (Org.). **Introdução à psicologia da educação: seis abordagens**. São Paulo: Avercamp, 2004.
- COLL SALVADOR, César. (Org.). **Psicologia da educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 41 DE 60

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense, 1973. SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. Brasília: Editora Univ., 1967.

VYGOTSKY, Lev. S. **A formação social da mente**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1968.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO II

CARGA HORÁRIA: 68 horas

(carga horária de 11 h em atividades de extensão)

EMENTA: Relação entre desenvolvimento e aprendizagem. Características cognitivas e afetivas do desenvolvimento infantil. Pensamento e linguagem. Percepção, memória e atenção. Formação de conceitos. Aprendizagem significativa e motivação. Avaliação, erro e fracasso escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AQUINO, J. G. (Org.). **Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas**. 2. Ed. São Paulo: Summus, 1997.

COLL SALVADOR, C. et al. **Psicologia do ensino**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

FONTANA, R.; CRUZ, N. **Psicologia e trabalho pedagógico**. Campinas, SP: Átomo, 2002.

FONTANA, R. A. C. **Mediação pedagógica na sala de aula**. 2. Ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

LIMA, L. M. S. Motivação em sala de aula: a mola propulsora da aprendizagem. In: SISTO, F. F. ; OLIVEIRA, G. C.; FINI, L.D.T. **Leituras de psicologia para formação de professores**. 3 ed. Petrópolis; Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2000.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO III

CARGA HORÁRIA: 68 horas

EMENTA: Interações no processo educativo. Relação professor-aluno. Relação escola/família/comunidade. Processos grupais e construção de vínculos na escola. Construção de regras, disciplina, violência e relações de poder na instituição escolar. Sexualidade, Escola e Educação Sexual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AQUINO, J. G. (Org.). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996.

CADERNOS CEDES 47. **Na mira da violência: a escola e seus agentes**. Campinas: Unicamp/ Centro de Estudos Educação e Sociedade, 1999.

LAPLANE, A. L. F. Interação e silêncio na sala de aula. **Cadernos Cedes: Relações de ensino**. ano XX, n. 50, abril, 2000, p. 55-69.

NUNES, C. **A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade**. Campinas: Auto-res associados, 2000.

SISTO, F. F.; OLIVEIRA, G. C.; FINI, L. D. T. **Leituras de Psicologia para formação de professores**. 3 ed. Petrópolis; Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2000.

PSICOLOGIA DA ADOLESCÊNCIA

CARGA HORÁRIA: 68 horas



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 42 DE 60

EMENTA: Significado evolutivo da adolescência e seu caráter biopsicossocial e cultural. A adolescência na perspectiva de diferentes teóricos. Características do desenvolvimento afetivo, cognitivo e social do adolescente. Adolescência e sexualidade. Escolha profissional. Problemática das drogas na adolescência e juventude.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.
RAPPAPORT, Clara Regina. (Coord.). **Psicologia do desenvolvimento: a idade escolar e a adolescência**. São Paulo: EPU, 1982.

MACIEL, Silvana. **A prevenção ao abuso de drogas na escola: educação preventiva e qualidade de vida**. In: CORREIA, Mônica. **Psicologia e escola: uma parceria necessária**. Campinas, Alínea, 2004, p.127-142.

SISTO, F. F.; OLIVEIRA, G. C.; FINI, L.D.T. **Leituras de psicologia para formação de professores**. 3 ed. Petrópolis; Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2000.

MONTE, F. F. C. et al. Adolescentes autores de atos infracionais: psicologia moral e legislação. *Psicologia e sociedade*. V.23, n. 1, 2011, p.125-134.

SEXUALIDADE HUMANA E EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 68 horas

EMENTA: Desenvolvimento humano, sexualidade e cultura. Gênero, relacionamentos afetivos, diversidade e contexto escolar. Papel da escola no desenvolvimento sexual e enfrentamento da violência sexual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CONRADO, R. **A dominação do corpo no mundo administrado**. São Paulo: Escuta, 2004.

GTPOS, ABIA, ECOS. **Guia de orientação sexual: diretrizes e metodologias**. São Paulo: Casa do psicólogo, 10ª ed., 1994.

MAIA, A. C. B. **Sexualidade: reflexões sobre um conceito amplo**. SBPN- ScientificJournal, Vol.5 (1), 2001.

NUNES, César. **A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade**. Campinas: Autores Associados, 2000.

SUPLICI, M. **Conversando sobre sexo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO I

CARGA HORÁRIA: 68 horas

EMENTA: Contexto sócio-histórico e político do surgimento da Sociologia como ciência. Autores clássicos da Sociologia (Durkheim, Weber, Marx) e as suas concepções de sociedade e educação. Concepções de Estado (liberal, de bem-estar social, neoliberal, terceira via) e suas implicações na educação. Globalização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COSTA, M. C. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. São Paulo: Moderna, 1987.

MARTINS, C. B. **O que é Sociologia**. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OLIVEIRA, R. C. S. (Org.). **Sociologia: consensos e conflitos**. Ponta Grossa: UEPG, 2001.

PERONI, V. M. V.; BAZZO, V.; PEGORARO, L. (Org.). **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 43 DE 60

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. **Um toque de clássicos:** Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: UFMG, 1995.

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO II

CARGA HORÁRIA: 68 horas

EMENTA: Sociedade, educação e escola na perspectiva conservadora e na perspectiva crítica. Estrutura social e ideologia. Educação como mecanismo de reprodução do processo de acumulação do capital. Educação e cidadania. Educação e emancipação humana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução:** elementos para uma teoria crítica de ensino. São Paulo: Francisco Alves, 1975.
DEWEY, J. **Democracia e educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
DÜRKHEIM, E. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

TRABALHO E EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 68 horas

EMENTA: Trabalho como fundamento do ser social. Trabalho nas diferentes sociedades. A organização da sociedade capitalista pelo trabalho e suas implicações na educação. Processo de reestruturação produtiva (acumulação flexível) e suas repercussões na educação brasileira. A organização do trabalho na sociedade capitalista e suas implicações no trabalho escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES, G.; GONZÁLEZ, J. L. C.; BATISTA, R. L. (Orgs.). **Trabalho e educação:** contradições do capitalismo global. Maringá: Praxis, 2006.
GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.
NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.
PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20:** taylorismo, fordismo e toyotismo. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
TONET, I.; LESSA, S. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

DIREITO EDUCACIONAL

CARGA HORÁRIA: 68 h

EMENTA: Relações entre direito e educação. Princípios do direito aplicados à educação. O direito como realização da política educacional. As relações educacionais, públicas e privadas, no Estatuto da Criança e do Adolescente, Código Civil e Código de Defesa do Consumidor. O processo de judicialização das relações escolares e decisões pertinentes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHRISPINO, Alvaro; CHRISPINO, Raquel S. P. A judicialização das relações escolares e a responsabilização civil dos educadores. In: **Ensaio:** avaliação e políticas públicas em educação. V. 16, n. 58. Rio de Janeiro: Cesgrangrio, jan – mar. 2008.
FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Professor:** reflexos na sua formação e atuação. São Paulo: Cortez, 2008.
LIBERATI, Wilson Donizetti. **Direito à educação:** uma questão de justiça. Malheiros. 2004.



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 44 DE 60

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 1988. SAES, Décio Azevedo Marques. Obstáculos políticos à concretização do direito à educação no Brasil. In: **Linhas Críticas**. Brasília: v. 12, n. 22, p. 23-40, jan./jun., 2006.

TAGLIAVINI, João Virgílio. Do direito à educação ao direito educacional. In: BITTAR, Marisa; LOPES, Roseli Esquerdo. (orgs). **Estudos em Fundamentos da Educação**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007.

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

CARGA HORÁRIA: 68 horas

EMENTA: Concepções e práticas de alfabetização e letramento. Alfabetizar e letrar na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Métodos de alfabetização: aspectos históricos e pedagógicos. Perspectivas construtivista e sociointeracionista em alfabetização. Concepções de linguagem, leitura e escrita. Aquisição da língua oral. Fonética e fonologia aplicadas à alfabetização. Variação linguística e ensino. Apropriação do sistema de escrita alfabética. Ensino da ortografia da língua portuguesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRANDÃO, A. C.; ROSA, E. C. de S. (Orgs.). **Ler e escrever na Educação Infantil:** discutindo práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. CAGLIARI, L. C.

Alfabetização e Linguística. 9.ed. São Paulo: Scipione, 1996.

CARVALHO, M. **Alfabetizar e letrar:** um diálogo entre a teoria e a prática. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CASTANHEIRA, M. L.; MACIEL, F. I. P.; MARTINS, R. M. F. (Orgs.). **Alfabetização e letramento na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica, Ceale, 2008.

FERREIRO, E.; TEBEROSKI, A. **A psicogênese da escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

DIDÁTICA I

CARGA HORÁRIA: 68 horas

EMENTA: Contribuições do conhecimento didático para o trabalho docente no contexto escolar: repercussões sobre o campo da Didática, o ensino e a profissão. O ensino na escola contemporânea e o professor como mediador da aprendizagem. Os processos didáticos na ação docente. Metodologias didáticas na gestão da sala de aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANASTASIOU, L; ALVES, L (Orgs.). **Processos de ensinagem na universidade:** pressupostos para as estratégias de trabalho docente em aula. 6.ed. Joinville: Unival- le, 2006.

ARAÚJO, J. C. S. **Do quadro-negro à lousa virtual:** técnica, tecnologia e tecnicismo. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). **Técnicas de ensino:** novos tempos e novas configurações. Campinas: Papirus, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

PIMENTA. S. G. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2002.

SCARPATO, M. (Org.). **Os procedimentos de ensino fazem a aula acontecer**. São Paulo: Avercamp, 2004.

DIDÁTICA II

CARGA HORÁRIA: 68 horas



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 45 DE 60

EMENTA: A Organização do trabalho docente: objetivos educacionais e de ensino. O planejamento educacional e seus níveis. Os diferentes planos de ensino no planejamento do trabalho docente. Avaliação do processo ensino-aprendizagem, a organização didática de instrumentos avaliativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTRO, A; CARVALHO, A. M. P. (Orgs.). **Ensinar a ensinar:** didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira, 2001.

CORDEIRO, J. **Didática.** São Paulo: Contexto, 2007.

FARIAS, I. M. S [et al.]. **Didática e docência:** aprendendo a profissão. Brasília: Liber Livro, 2009.

PIMENTA, S. G. (Org.). **Didática e formação de professores:** percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1997.

SACRISTAN, J. G.; GOMEZ, A. P. **Compreender e transformar o ensino.** Porto Alegre: ArtMed, 2000.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL CARGA HORÁRIA: 102 horas

EMENTA: Investigação da realidade escolar na Educação Infantil. Análise das concepções educacionais e objetivos vigentes na Educação Infantil, com vistas à problematização das práticas pedagógicas. Elaboração e desenvolvimento de projetos de intervenção no espaço escolar da Educação Infantil. Análise, elaboração e aplicação de recursos e materiais didático-pedagógicos pertinentes ao trabalho docente na Educação Infantil. Análise crítico reflexiva do processo de estágio vivenciado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília: MEC – SEF, 1998.

HORN, M. G. S. **Sabores, cores, sons, aromas:** a organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MIZUKAMI, M.G.N. et al. **Escola e aprendizagem da docência:** processos de investigação e formação. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

MIZUKAMI, M. G.; REALLI, A. M. M. R. (Orgs.). **Aprendizagem profissional da docência: saberes, contextos e práticas.** São Carlos: Edufscar, 2002.

PIMENTA, S. G; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência.** São Paulo: Cortez, 2004.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM DOCÊNCIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL CARGA HORÁRIA: 102 horas

EMENTA: Investigação da realidade escolar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Análise das concepções educacionais e objetivos vigentes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com vistas à problematização das práticas pedagógicas. Elaboração e desenvolvimento de projetos de intervenção no espaço escolar dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Análise, elaboração e aplicação de recursos e materiais didático-pedagógicos pertinentes ao trabalho docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Análise crítico reflexiva do processo de estágio vivenciado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília: MEC – SEF, 1998.



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 46 DE 60

NADAL, B. G. (Org.). **Práticas Pedagógicas nos Anos Iniciais: concepção e ação**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007

NERY, Alfredina. Modalidades organizativas do trabalho pedagógico: uma possibilidade. In: **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis Anos de idade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

_____. **Diários de aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA I CARGA HORÁRIA: 102 horas

EMENTA: Investigação da realidade escolar da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental sob a perspectiva da gestão educacional. Análise das concepções educacionais e objetivos vigentes na Gestão Educacional, com vistas à problematização das práticas administrativas, pedagógicas e comunitárias desenvolvidas na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Elaboração e desenvolvimento de projetos de intervenção no espaço escolar da Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Análise crítico- reflexiva do processo de estágio vivenciado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, L. R.; PLACCO, V. M. N. S. (Orgs.). **O coordenador pedagógico e questões da contemporaneidade**. São Paulo: Loyola, 2006.

PINTO, U. de A. **Pedagogia escolar: coordenação pedagógica e gestão educacional**. São Paulo: Cortez, 2011.

PLACCO, V. M. N. de S.; ALMEIDA, L. R. (Orgs.) **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. São Paulo: Loyola, 2003.

RUSSO, M. H. Problemas centrais da gestão na escola pública e sua incidência na prática cotidiana segundo gestores. **RBPAE**. v. 25, n. 3, p. 455-471, set/dez. 2009.

TEIXEIRA, L. H. G. **Cultura Organizacional e projeto de mudança em escolas públicas**. Campinas: Autores Associados, São Paulo: ANPAE, 2002.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA II CARGA HORÁRIA: 102 horas

EMENTA: Investigação da realidade escolar dos Anos finais do Ensino Fundamental e médio sob a perspectiva da gestão educacional. Análise das concepções educacionais e objetivos vigentes na Gestão Educacional, com vistas à problematização das práticas administrativas, pedagógicas e comunitárias desenvolvidas nos Anos finais do Ensino Fundamental e médio. Elaboração e desenvolvimento de projetos de intervenção no espaço escolar dos Anos finais do Ensino Fundamental e médio. Análise crítico- reflexiva do processo de estágio vivenciado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOUFLEUER, J. P. A ação comunicativa no âmbito institucional-administrativo da escola. In: _____. **Pedagogia da ação comunicativa: uma leitura de Habermas**. 3.ed. Ijuí: Unijuí, 200, p. 89-101.

FRANCO, F. C. O coordenador pedagógico e a questão do protagonismo juvenil. In: ALMEIDA, L. R.; PLACCO, V. M. N. S. (Orgs.). **O coordenador pedagógico e questões da contemporaneidade**. São Paulo: Loyola, 2006, p. 61-80.

LIBÂNEO, J. C. Sistema de ensino, escola, sala de aula: onde se produz a qualidade das aprendizagens? In: LOPES, A. M. C.; MACEDO, E. (Orgs.). **Políticas de currículo em múltiplos contextos**. São Paulo: Cortez, 2006.



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 47 DE 60

VITAR, A.; ZIBAS, D. M. L. (Orgs.). **Gestão de Inovações no ensino médio**. Brasília: Liberlivros, 2006.

ZIBAS, D. M. L. (Org.); AGUIAR, M. A. S. (Org.); BUENO, M. S. S. (Org.). **O ensino médio e a reforma da educação básica**. Brasília: Plano Editora, 2002. V. 1. 372 p.

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 68 horas

EMENTA: Determinações históricas, constitucionais e normativas sobre o financiamento da educação no Brasil. Noções sobre orçamento na União, Estados e Municípios e sua vinculação com a educação. O pacto federativo e as funções redistributiva e supletiva. Financiamento da Educação Básica. Relações entre o público e o privado no financiamento da educação e no controle social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DAVIES N.; DOURADO, L. F. (Org.). **Financiamento da educação básica**. Campinas: Autores Associados, 1999.

FARENZENA, N. **A política de financiamento da educação básica**: rumos da legislação brasileira. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2006.

GOUVEIA, A. et al. **Conversas sobre financiamento da educação**. Curitiba: Editora UFPR, 2006.

MELCHIOR, J. C. A. **Mudanças no financiamento da educação no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 1997.

OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. **Gestão, financiamento e direito à educação**: análise da LDB e da Constituição Federal. São Paulo: Xama, 2001.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E MET. DAS CIÊNCIAS NATURAIS

CARGA HORÁRIA: 68 horas.

EMENTA: Pressupostos teórico-metodológicos para o processo de ensino e aprendizagem de Ciências na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A práxis do professor de Ciências. Objetivos e função social do ensino de Ciências. Análise de currículos para o ensino de Ciências. Concepções e relações entre Ciência, Ambiente, Tecnologia, Educação e Sociedade concernentes ao currículo e a prática pedagógica em Ciências. Proposição de alternativas integrativas para o ensino de Ciências no contexto curricular. Estudo crítico dos conteúdos e procedimentos didáticos para o ensino de Ciências. Elaboração de propostas de trabalho pedagógico e recursos didáticos para o ensino de Ciências. Avaliação em Ciências. Análise crítica do conhecimento em Ciências e das propostas teórico-metodológicas apresentadas nos livros didáticos de Ciências.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZEVEDO, M. C. P. S. Ensino por investigação: problematizando as atividades em sala de aula. In: CARVALHO, A. M. P. (Org.). **Ensino de ciências**: unindo a pesquisa e a prática. São Paulo: Pioneira. Thompson Learning, 2004. p. 19-33.

CARVALHO, A. M. P.; GIL-PEREZ, D. **Formação de professores de Ciências**: tendências e inovações. São Paulo: Cortez, 1993.

FUMAGALLI, L. O ensino de ciências naturais no nível fundamental de educação formal: argumentos a seu favor. In: WEISSMANN, H. (Org.). **Didática das ciências naturais**: contribuições e reflexões, Porto Alegre: ArtMed, 1998.

KRASILCHIK, M. **O professor e o currículo da ciência**. São Paulo: EDUSP, 1987.

PRETTO, N. L. **A ciência nos livros didáticos**. Campinas: Editora da Unicamp/ Salvador: Editora da UFBA, 1995.



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 48 DE 60

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA GEOGRAFIA

CARGA HORÁRIA: 68 horas.

EMENTA: Abordagem dos pressupostos teóricos e metodológicos dos conceitos inerentes ao ensino de Geografia. Objetivos e função social do ensino de Geografia. Análise de currículos para o ensino de Geografia. Elaboração de propostas de trabalho pedagógico e recursos didáticos para o ensino de geografia. O papel do professor e o ensino de geografia na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Análise e reflexão da práxis pedagógica e suas interrelações com os demais componentes curriculares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTELLAR, Sônia et al. **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
LACASTE, Yeves. **A Geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. Papyrus. 2004.
MOREIRA, Ruy et al. **Pensar e ser Geografia**: ensaios de História, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2008.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA HISTÓRIA

CARGA HORÁRIA: 68 horas.

EMENTA: Abordagem dos pressupostos teóricos e metodológicos dos conceitos inerentes ao ensino de História. Especificidades e distinções dos estudos da História aplicados à Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A natureza, o significado e os princípios básicos da História alicerçados nas relações espaço – tempo e seus agentes sociais. As concepções e os rumos das práticas educativas recorrentes na contemporaneidade. Análise de currículos para o ensino de História. Elaboração de recursos e materiais didático-pedagógicos para o ensino de História.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo – SP: Contexto, 2004.
KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula**: conceitos práticas e propostas. 6 ed. São Paulo – SP: Contexto, 2010.
RICHMANN, Roseli. **Estudos sociais: outros saberes e outros sabores**. Porto Alegre: Mediação, 2005.
FONSECA, S. G.; SILVA, M. **Ensinar história no século XXI**: em busca do tempo entendido. Campinas. Papyrus.
BLAINEY, Geoffry. **Uma breve História do mundo**. 2 ed. São Paulo: Fundamento, 2010.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA MATEMÁTICA

CARGA HORÁRIA: 102 horas

(carga horária de 11 h em atividades de extensão)

EMENTA: Concepções e abordagens teóricas e metodológicas do processo de ensino e aprendizagem do conhecimento matemático na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Objetivos e função social do conhecimento matemático. Análise de currículos para o ensino da Matemática. O papel do professor e o ensino da Matemática na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental como eixo central para análise e reflexão da práxis pedagógica. Elaboração de recursos e materiais didáticos para o ensino da Matemática. Avaliação e análise crítica do conhecimento matemático nas propostas apresentadas nos livros didáticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 49 DE 60

SMOLE, K.; DINIZ, M. I. (Orgs.). **Ler, escrever e resolver problemas: habilidades Matemáticas para aprender Matemática.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

PANIZZA, M. et al. **Ensinar matemática na educação infantil e nos anos iniciais: análise e propostas.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

PAVANELLO (Org.). **Matemática nas séries Iniciais do Ensino Fundamental: a pesquisa e a sala de aula.** São Paulo: SBEM, 2004.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Educação Matemática: da teoria à prática.** 10 ed. Campinas: Papirus, 2005.

KAMII, Constance. **A criança e o número: implicação da teoria de Piaget.** Ed Papirus, 1988.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA LÍNGUA PORTUGUESA

CARGA HORÁRIA: 102 horas

(carga horária de 11h em atividades de extensão)

EMENTA: Concepções de texto. Gêneros textuais e as práticas de oralidade, leitura e produção escrita: princípios teóricos e implicações pedagógicas. Leitura do texto literário. Práticas de análise linguística na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Análise de materiais didáticos. Avaliação e análise crítica dos livros didáticos de Língua Portuguesa nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Avaliação em língua portuguesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil: gostosuras e bobices.** São Paulo: Scipione, 1993.

EVANGELISTA, A. A. M. et al (Orgs.) **A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil.** 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GERALDI, J. W. **O texto na sala de aula.** 2.ed. Cascavel: ASSOESTE, 1984.

KARWOSKY, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Orgs.) **Gêneros textuais: reflexões e ensino.** União da Vitória, PR: Ed. Kaygangue, 2005.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. E. **Ler e compreender os sentidos do texto.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

PAIVA, A. et al. (Orgs.) **Literatura: saberes em movimento.** Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2007.

GESTÃO EDUCACIONAL I

CARGA HORÁRIA: 68 horas

EMENTA: A escola como instituição, sua constituição histórica, sujeitos e Organização; suas relações de influência face à política educacional e o entorno social. Paradigmas da gestão educacional e a constituição da escola contemporânea: trajetória e necessidades na perspectiva da democratização educacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES, Gilberto. **A produção da escola pública contemporânea.** Campinas: Auto-res Associados, 2005.

LOURAU, René. **A análise institucional.** Petrópolis: Vozes, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** Goiânia: Alternativa, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Crítica da estrutura da escola.** São Paulo: Cortez, 2011.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2010.

GESTÃO EDUCACIONAL II



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 50 DE 60

CARGA HORÁRIA: 68 horas

EMENTA: A gestão escolar e sua interface com a política educacional: repercussões para a Organização escolar e o trabalho do pedagogo. O projeto político-pedagógico e a formação continuada de professores enquanto processos pedagógicos centrais da gestão escolar e do desenvolvimento institucional da escola.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, Dalila Oliveira. FERREIRA, Elisa Bortolosi. (Orgs.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CARIA, Alcir de Souza. **Projeto político-pedagógico: em busca de novos sentidos**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011.

CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Porto: Porto Editora, 1999.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; REZENDE, Lucia Maria Resende de (Orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas: Papirus, 1998.

LUDICIDADE, CORPOREIDADE E ARTE

CARGA HORÁRIA: 68 horas

EMENTA: O papel da arte, da ludicidade e dos jogos na escola e no processo de constituição dos sujeitos. Fundamentos, conteúdos básicos e metodologia do trabalho com a musicalização, artes visuais, dança, teatro e jogos. Estudo das relações entre corpo e educação. A expressão corporal como dimensão da linguagem na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Resgate histórico das brincadeiras e músicas infantis e suas relações na constituição da infância.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRITO, T. A. **Música na Educação Infantil: propostas para a formação integral da criança**. São Paulo: Fundação Petrópolis, 2003.

BROUGERE, G. **Brinquedo e cultura**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

KISHIMOTO, T. M. **Jogos tradicionais infantis: o jogo, a criança e a educação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MACEDO, L.; PETTY, A. L. S.; PASSOS, N. C. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar**. Porto Alegre: ArteMed, 2005.

SANTOS, S. M. P. dos (Org). **A ludicidade como ciência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

METODOLOGIA DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 68 horas

EMENTA: Aspectos gerais do trabalho científico. Diretrizes metodológicas para a leitura, compreensão e documentação de textos e elaboração de seminários, artigo científico, resenha e monografia. Processos e técnicas de elaboração do trabalho científico. Ciência: conceito, características, método. O papel da pesquisa na universidade e na sociedade. Abordagens teórico-metodológicas de pesquisa em educação. Características gerais do projeto de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalho na graduação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ANDRÉ, M. (Org.). **O Papel da Pesquisa na formação e na prática dos professores**. São Paulo. Papirus. 2001.



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 51 DE 60

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 2 ed. Porto Alegre: Bookmann, 2007.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GATTI, B. A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil.** Brasília. Plano. 2002.

PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA I

CARGA HORÁRIA: 102 horas

Sendo 51 horas de extensão

EMENTA: Pedagogia: natureza, concepções e finalidades. Práxis, Prática Educativa, Prática Pedagógica. Investigações da prática pedagógica na escola sob determinações internas e externas: currículo; espaços e tempos de aprendizagem; processos avaliativos; gestão escolar; relação escola-comunidade; projeto político-pedagógico. Ações extensionistas a partir da observação do/no contexto escolar e vinculados aos projetos de extensão relacionados ao curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva.** Porto Alegre: Artmed, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia.** São Paulo: Paz e Terra: 2019.

NADAL, B. G. Prática Pedagógica: a natureza do conceito e formas de Aproximação. In: SILVA, M. C. B. (Org.). **Práticas pedagógicas e elementos articuladores.** Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2016. pp. 15-37.

PIMENTA, S. G. (Org.) **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas.** São Paulo: Cortez, 2015.

VÁZQUEZ, A. S. O que é práxis. In: _____. **Filosofia da Práxis.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. pp. 219 - 237.

VEIGA, I. P. A; RESENDE, L. M. G. (Orgs.). **Escola: espaço do projeto político pedagógico.** Campinas: Papyrus, 2020.

PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA II

CARGA HORÁRIA: 102 horas

Sendo 51 horas de extensão

EMENTA: Prática Pedagógica na escola e relações com o contexto cultural, histórico, político e social. Conhecimento e função social da escola. Concepção de educação e determinações à prática pedagógica. Escola, cotidiano e processo de ensino-aprendizagem. Ações extensionistas a partir da observação do/no contexto escolar e vinculados aos projetos de extensão relacionados ao curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CURY, Carlos R. Jamil; REIS, Magali; ZANARDI, Teodoro A. C. **Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas.** São Paulo : Cortez, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Reinventando Paulo Freire na escola do século XXI.** São Paulo : Instituto Paulo Freire, 2018.

OLIVEIRA, J. F. de. A função social da educação e da escola pública: tensões, desafios e perspectivas. In: FERREIRA, E. B. OLIVEIRA, D. A. (orgs). **Crise da escola e políticas educativas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 52 DE 60

SOUZA, Maria Antonia de. Sobre o conceito de prática pedagógica. In: SILVA, Maria Cristina Borges da (Org). **Práticas pedagógicas e elementos articuladores**. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2016.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1998.

PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA III

CARGA HORÁRIA: 102 horas

Sendo 51 horas de extensão

EMENTA: Produção do conhecimento sobre a prática pedagógica na escola e fora dela. A função da produção do conhecimento para a prática pedagógica. Elaboração do projeto de pesquisa sobre problemas educacionais. Ações extensionistas a partir dos temas elencados para pesquisa e vinculados aos projetos de extensão relacionados ao curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador**. São Paulo: Cortez, 2003.

CRESWELL, John W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GALIAN, Cláudia Valentina Assumpção; PIETRI, Emerson de; GUIZZO, Bianca Salazar; MARCELLO, Fabiana de Amorim, MULLER, Fernanda. O presente e o futuro das pesquisas em Educação e de sua divulgação. **Educação e Pesquisa**, v. 46, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.1590/s1517-970220204601001>. Acesso em 1 fev. 2021

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

PRIGOL, Edna; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Teoria Fundamentada: metodologia aplicada na pesquisa em educação**. Porto Alegre: Educação e Realidade, v. 44, n. 3, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/edreal/a/rDDFShvBCQyWKpthzPjMGzk/?format=pdf>. Acesso em 1 out. 2022.

SILVA, Daniele Cariolano da et al . Características de pesquisas qualitativas: estudo em teses de um Programa de Pós- graduação em Educação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 38, e26895, 2022. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0102-469826895>. Acesso em: 1 out. 2022.

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 68 horas

EMENTA: Pressupostos epistemológicos e vertentes teóricas da avaliação e planejamento. Considerações sobre o planejamento da Educação Básica no Brasil. Avaliação como política numa perspectiva histórica e conceitual. Níveis, tipos e modalidades de avaliação de sistemas, Organizações, programas e projetos educacionais. Aspectos metodológicos de avaliação educacional. Indicadores e qualidade em educação. Análise de experiências e práticas vigentes em avaliação educacional na Educação Básica. Metodologia para avaliação institucional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BALZAN, N. C.; DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação institucional: teoria e experiências**. 3. ed. São Paulo. Cortez, 2005.

BONAMINO, A., BESSA, N. Franco (Orgs.). **Avaliação da Educação Básica – Pesquisa e gestão**. São Paulo: Loyola, 2004.



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 53 DE 60

CARIA, A. de S. **Projeto político-pedagógico**: em busca de novos sentidos. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2011.

ESTEBAN, M. T. (Org.). **Escola, currículo e avaliação**. São Paulo: Cortez, 2003.

FREITAS, L. C. de et. al. **Avaliação educacional**. Petrópolis: Vozes, 2009.

PRÁTICAS EDUCATIVAS DO/NO CAMPO

CARGA HORÁRIA: 68 horas

EMENTA: Educação do campo: políticas e práticas. Trajetória da educação rural no Brasil. A emergência da educação do campo. A relação sociedade civil e Estado na proposição da educação do campo. Políticas e práticas educativas da educação do campo. Experiências da Pedagogia da alternância. As especificidades da escola do campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CALDART, Roseli S. **Por uma educação do campo**: traços de uma identidade em construção. In: Educação do campo: identidade e políticas públicas. Caderno 4. Brasília: Articulação Nacional "Por uma educação do campo", 2002.

CAMPOS, Samuel Pereira. **Práticas de letramento no meio rural brasileiro**. A influência do Movimento Sem Terra em escola pública de assentamento de reforma agrária. Tese (doutorado em Linguística Aplicada), UNICAMP, Campinas, 2003.

LEITE, S.C. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo, Cortez, 1999.

SOUZA, M.A. **Educação do campo**: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.

THERRIEN, J; DAMACENO, M.N (Orgs). **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993.

SEMINÁRIO DE DOCÊNCIA E GESTÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

CARGA HORÁRIA: 102 horas

Sendo 51 horas de extensão

EMENTA: Temas emergentes que interferem na Organização escolar. Análise de práticas docentes e de gestão escolar. O desenvolvimento de pesquisas na educação e a formação do professor pesquisador. Articulação teórico-prática no âmbito da gestão educacional e do trabalho docente. Ações extensionistas a partir dos temas emergentes e vinculados aos projetos de extensão relacionados ao curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES, G. L. **A produção da escola pública contemporânea**. Campinas: Autores Associados, 2005.

BALL, S. J. Profissionalismo, Gerencialismo e Performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.

CAMPOS, C. M. **Gestão escolar e docência**. São Paulo: Paulinas, 2010.

CANÁRIO, R. **O que é a escola?** Um olhar sociológico. Porto: Porto Editora, 2005.

CHARLOT, B. A escola e o trabalho dos alunos. **Revista de Ciências da Educação**. p. 89-96, n. 10, set./dez. 2009.

DOMINGUES, I. **O Coordenador Pedagógico e a formação contínua do docente na escola**. São Paulo: Cortez, 2013.

ORIENTAÇÃO AO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (OTCC)

CARGA HORÁRIA: 34 horas

EMENTA: Etapas do processo de produção de Pesquisas Científicas e a Comunicação de Trabalhos Científicos. Técnicas de Organização de trabalho científico e análise de dados. Elaboração de resumos, resenhas e fichamentos. Normatização do texto monográfico.



BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BASTOS, L. R. et al. **Manual para Elaboração de Projetos e Relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias.** 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos resumos e resenhas.** São Paulo: Atlas, 2000.
- SCANDAR, Jamil I. **Normas da ABNT Comentadas para trabalhos científicos.** 2.ed. Curitiba: Juruá, 2004.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 24. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 68 horas

EMENTA: O processo de comunicação e tecnologias/mídias. Tecnologias/mídias em diferentes perspectivas: conceitos, histórico e usos sociais. Abordagem teórico, prática das tecnologias/mídias e sua relação com a educação presencial e a distância. Políticas educacionais relacionadas à tecnologia da informação e comunicação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BARRETO, Raquel Goulart, **Tecnologia e educação: trabalho e formação docente.** Disponível em e acessado em 30 de outubro de 2011.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação.** 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 93p.
- LÉVY, Pierre, **Tecnologias da Inteligência.** Trad. Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993, pp.21-27.
- PRETTO, Nelson, **Políticas públicas educacionais no mundo contemporâneo.** Disponível em e acessado em 17 de setembro de 2011.
- SILVA, Márcia Barbosa, Educação e Mídias: uma relação delicada in **Revista Olhar de Professor.** 2011, v.14, n.1, p.15-26 Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/3482/2500>

VIOLÊNCIAS E INDISCIPLINA NA ESCOLA

CARGA HORÁRIA: 68 horas

EMENTA: Violências, bullying e (in)disciplina no contexto escolar contemporâneo. Violência e indisciplina e suas implicações nos processos de gestão da escola, currículo e na relação família-escola. Gestão da (in)disciplina em sala de aula: contratos pedagógicos e assembleias de classe. A Organização escolar e o enfrentamento da violência e da indisciplina.

BIBLIOGRÁFIA BÁSICA:

- ABRAMOVAY, M. et al. **Escola e violência.** Brasília: UNESCO, 2002.
- AQUINO, J. G. **Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas.** São Paulo: Moderna, 2002.
- CANÁRIO, R.; ALVES, N. escola e exclusão social: das promessas às incertezas. **Análise Social**, v. 38, p.169, 2004, p.981-1010
- FANTE, C. **Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz.** Campinas – SP: Verus, 2005.
- FERNÁNDEZ, I. **Prevenção da violência e solução de conflitos: o clima escolar como fator de qualidade.** São Paulo: Madras, 2005.



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 55 DE 60

GALVÃO, A. et al. Violências escolares: implicações para a gestão e o currículo. **Ensaio:** aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 68, p. 425-442, jul./set. 2010

GOTZENS, C. **A disciplina escolar:** prevenção e intervenção nos problemas de comportamento. Porto Alegre: Artmed, 2003.

TIGRE, M. G. E. S. **Violência na escola:** reflexões e análise. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2009.

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS I (CÓDIGO 501)

CARGA HORÁRIA: 102 HORAS

(carga horária de 102 h em atividades de extensão)

EMENTA: Contextualização da Extensão Universitária. Conhecimentos para compreensão de temáticas relevantes sobre a história e o papel da Extensão Universitária. Desenvolvimento de ações extensionistas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CALDERÓN, Adolfo. **Educação Superior:** construindo a extensão universitária nas IES particulares. 1ª Edição. São Paulo: Editora Xamã, 2006.

JEZINE, Edineide Mesquita. **A crise da Universidade e o compromisso social da extensão universitária.** João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2006.

POSSOBON, Maria Elizete. BUSATO, Maria Assunta (orgs.). **Extensão Universitária:** reflexão e ação. Chapecó: Editora Argos, 2009.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Ilhéus; Editus, 2001. 65p. (Coleção Extensão Universitária; v.1).

GARCIA, Bernice Rocha Zabbot; BÚRGIO, Liege Inocêncio; BITENCOURT, Lisiane Tuon. **Direitos Humanos: Infância e Adolescência:** A contribuição da Extensão Universitária. Editora UNIVILLE, 2008.

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS II (CÓDIGO 509)

CARGA HORÁRIA: 102 HORAS

(carga horária de 102 h em atividades de extensão)

EMENTA: Planejamento e desenvolvimento de ações vinculados aos projetos de extensão relacionados ao curso de Pedagogia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FREIRE, Paulo. **Extensão e comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org). **Políticas de Extensão Universitária Brasileira.** Belo Horizonte: UFMG, 2005.

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2011.

SÍVERES, L. (org.). **A extensão universitária como princípio de aprendizagem.** Brasília: Liber, 2013.

SOUSA, A. L. L. **A história da extensão universitária.** 2. ed. Campinas: Alínea, 2010.

ZANON, D. P. **O processo de curricularização da extensão universitária na formação de licenciandos na UEPG.** 2022. 292 f. Tese (Doutorado em Educação)–Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

CARGA HORÁRIA: 68 HORAS.



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 56 DE 60

EMENTA: A história dos movimentos políticos organizados por associações de surdos e suas conquistas. Os conceitos iniciais básicos sobre deficiência auditiva (surdez) e indivíduo surdo: identidade, cultura e educação. O processo de aquisição da linguagem da pessoa surda. Caracterização dos órgãos fonoarticulatórios. Quadro fonético. Como se desenvolveram as línguas de sinais e a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. As singularidades linguísticas. A forma e estruturação da gramática da LIBRAS e o conjunto do seu vocabulário. Bilinguismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, Duarte, W. **Dicionário enciclopédico trilingue da língua de sinais brasileira**. 3 ed. SP, Ed. Edusp, 2008. 2v.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. 4 ed. Porto Alegre, Mediação, 2004.

LIMEIRA DE SÁ, N. R. **Cultura, poder e educação de surdos**. Paulinas, SP, 1 ed. 2010.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos**. Porto Alegre, Artmed. 2008.

SKLIAR, C. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

8. FLUXOGRAMA

ANEXO I

9. RECURSOS HUMANOS

9.1 Corpo Docente

SÉRIE	CURRÍCULO VIGENTE		NOVO CURRÍCULO	
	EFETIVOS	COLABORADORES	EFETIVOS	COLABORADORES
1º.	09	17	09	17
2º.	08	13	08	13
3º.	07	22	07	22
4º.	11	20	11	23

9.1.1 Classe

EFETIVOS	
CLASSE	NÚMERO DE PROFESSORES
Titular	
Associado	
Adjunto	32
Assistente	02
Auxiliar	
TOTAL	34

9.1.2 Titulação

TITULAÇÃO	PROFESSORES EFETIVOS	PROFESSORES COLABORADORES
Graduado		



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 57 DE 60

Especialista		01
Mestre	02	13
Doutor	32	11
TOTAL	34	25

9.1.3 Regime de Trabalho

REGIME DE TRABALHO	NÚMERO DE PROFESSORES
Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (TIDE)	33
Tempo Integral (40 horas)	01
Tempo Parcial (20 horas)	25
TOTAL	59

(efetivos+colaboradores)

10. RECURSOS MATERIAIS

10.1 Materiais e Equipamentos

Considerando que ocorreram somente adequações no projeto pedagógico do curso as demandas permaneceram as mesmas, tais como a necessidade de manutenção e atualização dos equipamentos audiovisuais (projetores de multimídia, computadores e telas reflexivas) das salas de aula; manutenção dos equipamentos de informática do Laboratório para a disciplina de Tecnologia da Informação e Comunicação, bem como para as demais disciplinas; aquisição e atualização do acervo bibliográfico da Biblioteca; aquisição de softwares e tecnologias assistivas para pessoas cegas ou com baixa visão para auxiliar na aprendizagem.

10.2 Laboratórios, Salas de Aula e Salas Especiais

O/A acadêmico/a do Curso de Licenciatura em Pedagogia tem o Laboratório Lúdico Pedagógico – LALUPE instituído desde 2008, como espaço de formação de professores, em que a brincadeira e a ludicidade – dimensões singulares do desenvolvimento infantil – são o componente específico presente nas atividades desenvolvidas. O LALUPE vem se constituindo como lugar onde se desenvolvem ações pedagógicas educativas articuladas entre cursos, entre as disciplinas do curso e com os demais níveis de ensino, com caráter de inserção social. O Laboratório, de 2008 a 2010, configurou-se como uma incubadora de projetos que articularam o ensino, a pesquisa e a extensão numa perspectiva inter e multidisciplinar, tendo propiciado a articulação entre as disciplinas do curso de Pedagogia, entre diversos cursos universitários, entre os diferentes níveis de ensino, e da universidade com empresas e com a comunidade. Ao ampliar seu leque de atuação, em acordo com a orientação Resolução CEPE nº 235, em 2011, passou a ser um Programa de Extensão. O LALUPE está organizado em seis áreas: oficina de arte - criação e desenvolvimento de jogos e materiais pedagógicos; área dos jogos pedagógicos -acervo e espaço de utilização de jogos; área da literatura e faz de conta - acervo de livros infanto-juvenis, gibis e fantasias; área dos brinquedos - acervo de brinquedos; área de formação e discussão pedagógica - orientação, planejamento, discussões e avaliação de projetos; área administrativa - recepção, agendamento e organização geral. O desenvolvimento dos projetos contribuiu para a melhoria da formação dos futuros pedagogos, na melhor



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 58 DE 60

qualificação dos educadores para atuar na educação básica, considerando a importância da perspectiva lúdica na formação de crianças, jovens e adultos.

Para os alunos do Curso de Licenciatura em Pedagogia, o laboratório de informática é uma ferramenta importante para o desenvolvimento e inserção no mundo virtual, auxiliando o aprendizado adquirido em sala de aula e oferecendo subsídios para a sua futura prática pedagógica. Esse laboratório oportuniza o desenvolvimento de atividades de exploração de programas existentes, produção de atividades e análise de produtos educacionais informatizados disponíveis em rede. Além disso, proporciona um ambiente de pesquisa e compartilhamento de conteúdos e práticas pedagógicas desenvolvidas nas diferentes áreas de conhecimento.

A informática vem adquirindo cada vez mais relevância no cenário educacional. Sua participação nos processos de ensino-aprendizagem e sua presença cada vez maior no meio social por si só já justificam a existência de estudos dessa área na formação de professores. Nesse sentido, a formação de professores requer mudanças estruturais e funcionais, tanto no que diz respeito à fundamentação que orienta o trabalho com a informática quanto ao acesso para a familiarização, aquisição de conhecimentos técnicos e metodológicos que permitam o exercício e testagem de diferentes práticas pedagógicas envolvendo as tecnologias.

Atualmente, o Curso de Pedagogia conta com um laboratório de informática com 16 computadores ligados em rede, com acesso à Internet, que auxilia no desenvolvimento de atividades de acesso coletivo a conteúdos pedagógicos disponíveis na rede mundial de computadores.

O funcionamento do Curso está garantido pela estrutura que a Universidade oferece e conta com instalações de uso comum, como salas de aula, localizadas no Bloco B do Campus Central, mini-auditório compartilhado com os cursos do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, salas destinadas para uso administrativo do Departamento de Educação, Pedagogia e para a coordenação do curso, bem como salas para uso coletivo dos professores dos referidos departamentos.

Integrado ao Departamento de Educação o Programa de Extensão Universidade Aberta para a Terceira Idade-UATI tem como objetivos integrar e ampliar a participação do idoso na sociedade, por meio da promoção da cidadania e dignidade humana, elevar a sua autoestima, melhorar a qualidade de vida e possibilitar a aquisição de conhecimentos por meio da educação permanente.

As atividades do Programa de Extensão ocorrem a partir de cursos oferecidos para os idosos que envolvem: Brinquedos e brincadeiras, Pintura em tela, Cultura Gaúcha, Dança de Salão/ Hidroginástica/Atividades Esportivas, Informática, Contação de histórias, Dança de salão, Teatro/Maquagem, Artesanato, Natação, Língua Espanhola, Artesanato, Ginástica Localizada, Estágio de Inserção, Contação de histórias, Seresta, Dança Circular (Yoga) e cursos de línguas estrangeiras. As atividades são realizadas nas salas de aula do Bloco B e A do Campus Central e também contam com uma sala destinada à secretaria e coordenação.

As atividades extensionistas desenvolvidas pela UATI são elementos imprescindíveis para a curricularização da extensão no curso, pois potencializam a aprendizagem dos discentes e produzem conhecimentos a respeito da prática social.

As ações extensionistas poderão ser desenvolvidas no Laboratório Multidisciplinar de Ensino do Curso de Pedagogia – LAMPE.

10.3 Biblioteca

Os títulos existentes atendem parcialmente as demandas do curso. A aquisição de novos títulos a cada ano contribui para a atualização do acervo. Assim, a um custo estimado de R\$50,00 reais por exemplar, 50 novos títulos por ano, em quatro anos o curso estimado seria de R\$10.000,00.



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 59 DE 60

A Biblioteca do Campus Central atende os setores de Ciências Humanas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Jurídicas, com um acervo de 28.448 títulos e 42.476 exemplares.

A Biblioteca possibilita à comunidade acadêmica, por meio do software Pergamum os serviços de empréstimo domiciliar, consulta e renovação do acervo, elaboração de ficha catalográfica, serviço de referência, oficinas de orientação bibliográfica, além do acesso ao acervo de dissertações e teses de biblioteca digitais e online.

11. ACESSIBILIDADE

As atividades do curso são desenvolvidas principalmente no bloco B do campus central. Existem rampas, elevadores e piso tátil para atender os deficientes visuais. Temos acadêmicas deficientes visuais e busca-se atender suas demandas bem como contam com tutura com bolsa pelo PROTUDI. Outras demandas são solicitadas para a PRAE.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES

O Programa de Bolsas de iniciação à Docência – PIBID, financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior), com a finalidade de apoiar projetos de iniciação à docência em instituições públicas de Ensino Superior. Nesse sentido, o programa busca induzir e fomentar a formação inicial e continuada de profissionais do magistério. São objetivos do PIBID:

- Incentivar a formação de professores para a Educação Básica, contribuindo para a elevação da qualidade da escola pública.
- Valorizar o magistério e as licenciaturas, pelo estímulo aos jovens que optam pela carreira docente, inserindo os licenciandos no cotidiano da escola pública.
- Proporcionar a investigação de problemas vivenciados no processo ensino-aprendizagem.
- Provocar a participação de futuros professores em práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar, buscando a superação qualitativa das questões identificadas.

Espera-se, ainda, que as escolas públicas possam se tornar protagonistas nos processos formativos dos estudantes das licenciaturas, mobilizando seus professores como co-formadores de futuros professores, promovendo a articulação entre o Ensino Superior e a Educação Básica. (EDITAL CAPES-DEB/2009).

Nesse contexto, insere-se o Projeto de Iniciação à Docência do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

A metodologia desenvolvida no projeto constituiu-se de observação participante, projetos de intervenção (docências reflexivas) e projeto de investigação-ação. O trabalho foi orientado por reflexões e estudos coletivos, envolvendo acadêmicas, coordenadoras, pedagogas e professoras das turmas de alfabetização. Paralelamente, foram realizados encontros avaliativos e seminários integradores, envolvendo todos os projetos das licenciaturas articuladas ao projeto institucional.

Pode-se apontar vários resultados significativos no que se refere à formação das futuras professoras, acadêmicas de Pedagogia, destacando-se a possibilidade efetiva de vivenciar e estudar o processo de ensinar e aprender na escola, numa perspectiva investigativa. Além disso, a escola também foi valorizada como espaço de aprendizagem da profissão, considerando-se a importância da prática para a elaboração de conhecimentos específicos da docência, em que se relacionam e se incorporam saberes e conhecimentos de diferentes naturezas.

Durante o processo, foi fortemente enfatizada a inserção da universidade no contexto formativo dos novos e egressos profissionais que compõem a rede municipal de ensino, face à articulação proposta pelo projeto. Tal ação favoreceu o desenvolvimento de um trabalho de formação continuada nas duas escolas envolvidas, desencadeando-se o papel de mediação do pedagogo nas práticas formativas em contexto de trabalho.



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.28

FL. 60 DE 60

Pode-se considerar que o Programa de Iniciação à Docência tem possibilitado a valorização do espaço escolar como campo de vivência para a construção de conhecimentos pedagógicos na formação de professores. Assim, as intervenções realizadas pelas acadêmicas, neste movimento de mão-dupla – Instituição de Ensino Superior e Escola - têm provocado reflexões e mudanças significativas na prática dos professores e na melhoria do processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Nesse sentido, o PIBID, por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão tem contribuído para redimensionar o projeto de formação de professores no Curso de Pedagogia. É importante afirmar que o referido programa se efetiva a partir das necessidades da escola básica, articulado com fundamentação teórico-prática, essencial para a profissionalização docente. O percurso construído favoreceu a nova edição do projeto no Curso de Pedagogia, durante os próximos anos.

13. ANEXOS

Fluxograma – ANEXO I

Declaração de aceite dos Departamentos para cada disciplina da nova matriz curricular.

ANEXO II.

Extrato de Ata de cada Departamento aprovando a oferta de disciplina(s).

Extrato da Ata do Colegiado de Curso aprovando o novo Projeto.

Ponta Grossa, 23/01/2023

Vera Lucia Martiniak
COORDENADOR(A) DO CURSO